

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE GESTÃO



EXERCÍCIO DE 2009

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
AVALIAÇÃO SETORIAL.....	6
Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário - SEPDAG/DT/SFA-TO	10
SEFAG - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUARIA.....	22
SEDESA-SERVIÇO DE DEFESA AGROPECUARIA.....	43
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG/DT/SFA-TO	69
VIGIAGRO.....	82

APRESENTAÇÃO

O constante avanço da qualidade das políticas pública e seus benefícios para a sociedade é um fato que aumenta os desafios para a gestão pública, ressaltando a importância da avaliação das ações governamentais. Nesse contexto, os resultados aqui apresentados devem ser debatidos, de modo a permitir avanços na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto na legislação vigente no que se refere ao modelo de gestão, coube aos órgãos do Governo Federal elaborar a avaliação dos Programas sob sua responsabilidade, sendo o produto do trabalho resultado das atividades realizadas pelas equipes técnicas e administrativas localizados nas Unidades Descentralizadas dos Órgãos Públicos.

No presente trabalho são apresentados os resultados provenientes da implementação, pela Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, dos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, ou seja, o Relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais, propiciando a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade Tocantinense e brasileira. A participação crescente do Estado do Tocantins no comércio internacional de produtos do agronegócio é resultado de uma combinação de fatores como capacidade empreendedora, altos investimentos em pesquisa, infra- estrutura, tecnologia e regulação em sanidade e qualidade dos produtos e da integração das cadeias produtivas, englobando fornecedores de insumos, produtores, indústrias processadoras, distribuidores e prestadores de serviços.

Sendo o Agronegócio um dos mais dinâmicos e inovadores segmentos da economia brasileira, hoje é um dos responsáveis pela manutenção de superávits na balança comercial brasileira e também pelo crescimento sustentando da economia nos últimos anos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através dos Planos, Programas e Ações legitima sua missão institucional e, portanto, sua participação no agronegócio brasileiro. A SFA/TO assume papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dessas atividades no Estado do Tocantins, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2009, que ora está sendo divulgado, Nele está a avaliação dos programas e ações sob sua responsabilidade.

Palmas, 31 março de 2010

Jalbas Aires Manduca

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO		
PODER	EXECUTIVO	
ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	CÓDIGO SIORG 14
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA		
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO TOCANTINS		
SFA/TO		
Código SIORG: 002818	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 130018
SITUAÇÃO	ATIVA	
NATUREZA JURIDICA	ÓRGÃO PÚBLICO	
PRINCIPAL ATIVIDADE	CNAE: AGRICULTURA: A.01.61.9//PECUARIA: A.01.62.7	
TELEFONES/FAX DE CONTACTO	63 3219 4300//63 3219 4305	
ENDEREÇO ELETRÔNICO	GAB-TO@AGRICULTURA.GOV.BR	
PAGINA NA INTERNET	WWW.AGRICULTURA.GOV.BR	
ENDEREÇO POSTAL	Avenida NS 01, 201 Sul, Conj. 02, Lote 07 – Palmas -TO - CEP:77015-202	
NORMAS RELACIONADAS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS		
Portaria Ministerial nº 290, DOU de 11 de maio de 1989, Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, Publicada no DOU de 20 de junho de 2005.		
NORMAS INFRALEGIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE		
NÃO SE APLICA À UG		
MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS		
<p>O Ministério da Agricultura, além da legislação específica disponibilizada através do sistema INTERLEGIS, produziu e disponibilizou os seguintes Manuais: Manual de Contratação TI, de Gestão e Fiscalização de Contratos, de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, de Comunicações Administrativas, de Convênios, de Execução Orçamentária e Financeira, de Licitação e Contrato - L&C, de Material e Patrimônio, do Processo Administrativo Disciplinar – PAD e de Recursos Humanos.</p>		
UNIDADES GESTORAS E GESTÕES RELACIONADAS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS		
NÃO SE APLICA À UG		
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÕES		
NÃO SE APLICA À UG		
RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS		
COMPETENCIAS		
<p>A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins, diretamente subordinada ao Ministro de Estado tem como objetivo executar, sob orientação dos órgãos específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atividades e ações de defesa agropecuária, inspeção sanitária de produtos de origem animal, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal, fiscalização de insumos agropecuários, vigilância de produtos agropecuários para importação e exportação, fomento e desenvolvimento agropecuário, infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, registro e fiscalização de empresas agro agrícolas, administração de recursos humanos e de serviços gerais, programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados, qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.</p>		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
<p>Com o objetivo de contribuir para o alcance das metas estabelecidas no PPA e no MAPA Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no sentido de atingir o status previsto no aludido MAPA, a SFA/TO executa ações</p>		

integrantes dos programas a seguir relacionados:

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, que tem como objetivo apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário;

Garantir a Segurança Alimentar, cujo objetivo é o aumento das fiscalizações e análises de produtos de origem animal e vegetal, no sentido de eliminar resíduos e contaminantes dos produtos ofertados, visando disponibilizar produtos de boa qualidade aos mercados interno e externo. Deste programa fazem parte o

Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas e o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA) ferramenta em processo de evolução, estando a ele relacionados os seguintes programas:

Segurança da Sanidade na Agropecuária, responsável pelo atingir uma Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação e de 1.561 plantéis avícolas certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola, em uma área 4.944.883 Km, alguns dos objetivos do programa (fonte: SDA/MAPA);

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, que tem como objetivo assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.

Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, que visa contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, de acordo com princípios pré-estabelecidos tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários que objetiva salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A metodologia utilizada pela área de apoio da Superintendência está baseada em sistemas definidos pelo órgão central, responsáveis pela administração de pessoal, de material, de almoxarifado, de patrimônio, de transportes e, ainda, o orçamentário e financeiro.

A área técnica da SFA/TO executa uma série de atividades na Sede e nas Unidades descentralizadas conforme descrito acima, dando suporte ao desenvolvimento dos diversos segmentos do agronegócio do Estado do Tocantins. Por sua vez, as atividades desenvolvidas pelo PI-MANUT dão suporte operacional, administrativo e logístico à Sede e às Unidades Descentralizadas, sendo a provedora dos meios e facilidades para que as atividades fins ocorram conforme definidos pelos normativos vigentes.

As administrativas e Técnicas estão estruturadas conforme preconiza o Regimento Interno das Superintendências, aprovado pela Portaria 300, já citada.

ANALISE DO PLANO MAPA/ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO

Tendo como Missão “*promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira*” o Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento tem, através de suas Unidades Descentralizadas, tem como obrigação executar as ações previstas no aludido MAPA ESTRATÉGICO.

PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009

As ações necessárias ao alcance dos objetivos são executadas de acordo com Planos Operativos elaborados pelos responsáveis locais, conforme programas discutidos e aprovados em reuniões promovidas pelas Secretarias específicas para tal finalidade.

AValiação Setorial**OBJETIVOS SETORIAIS:**

As avaliações do alcance dos objetivos estratégicos serão feitas com base nos indicadores de desempenho associados a cada um destes objetivos, na forma de avaliação quantitativa e associadas às informações contidas nas avaliações do PPA 2008-2011. Salientamos que os objetivos estratégicos são transversais, portanto, influenciados por um grande número de programas e ações do Ministério.

O presente Relatório contempla todos os programas, de responsabilidade do Mapa que contribuem para o alcance desses objetivos, não abrangendo a totalidade de ações que têm alguma interface com os mesmos.

O detalhamento dos indicadores de desempenho associados aos objetivos estratégicos está contido ao final deste Relatório.

PROGRAMAS SOB RESPONSABILIDADE DE UNIDADE		
RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E SEUS RESPONSÁVEIS		
PROGRAMA	AÇÕES	ÁREA RESPONSÁVEL
APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	8611- Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário; 2B17- Fiscalização de contratos de repasse.	SEPDAG
DESEV. AGRONEGOCIO NO COMERCIO INTERNACIONAL	Programa 0393 – Desenvolvimento do sistema de propriedade intelectual 2B47-Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários	SEPDAG
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica; 8591- Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas; 8622- Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo; 8560- Fomento à Inovação no Agronegócio; Programa 1426 – Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade 8606- Desenvolvimento da agricultura orgânica Pró-orgânico	SEPDAG
QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	<u>ÁREA VEGETAL</u> FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes; FISCAGRIC – Fiscalização dos Serviços Agrícolas; FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudas; FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins; <u>ÁREA ANIMAL</u> FISCINAN – Fiscalização de Alimentos para Animais; FISPROVET – Fiscalização de Produtos Veterinários; FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal;	SEFAG

SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e bebidas - (FISCORGEN) Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOSA): ▪ Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL); Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA); Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL); Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO). Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROMOEDUC).	SEDESA
SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	a) INSPANIMAL3 b) RESÍDUOS c) IPVEGETAL2 d) PADCLASSIF	SIPAG

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	130018				1.128.418,10
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	130018	449052	168.500,00	-	--
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	131.982,67	786.485,13	131.982,67	786.485,13
Concurso			-	-
Consulta			-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	317.465,95	220.655,70	317.465,95	220.655,70
Inexigibilidade	20.422,73	37.641,42	20.422,73	37.641,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	126.291,50	133.527,28	50.688,98	49.759,23
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	3.581.445,20	5.540.898,90	3.581.445,20	5.540.898,90
Diárias	202.179,06	364.588,26	202.179,06	364.588,26
Outros				

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	3.581.445,20	5.540.898,90	3.581.445,20	5.540.898,90			3.581.445,20	5.540.898,90
3- Outras Despesas Correntes								
33.90.14	202.179,06	364.588,26	202.179,06	364.588,26				
33.90.33	175.563,11	182.044,26	175.563,11	182.044,26				
33.90.37	77.466,67	97.799,22	77.466,67	97.799,22				
Demais elementos do grupo	574.284,08	468.165,00	574.284,08	468.165,00	22.195,57	17.604,60	984.708,13	1.222.376,10

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos								
44.90.52-42	18.985,98	-	18.985,98	-				
44.90.52-52	-	277.500,00	-	277.500,00				
44.90.52.35	4.258,98	9.005,00	4.258,98	9.005,00				
44.90.52.12	3.0669,00	4.200,00	3.0669,00	4.200,00				
Demais elementos do grupo	636,95	7.464,11	636,95	7.464,11	-	101.256,00	26.947,91	298.169,11

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
ESTATUTÁRIOS	45	45	120
Próprios	45	45	
Requisitados	-	-	-
CELETISTAS	6	6	6
CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO	9	9	
Estatutários DAS	6	6	
Não Estatutários DAS	3	3	
FGs	9	9	
TERCEIRIZADOS	-	-	-

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	42	1.340.898,80	82.569,47	1.289.452,20	130.445,70	71.364,50
2008	45	1.698.097,24	156.030,38	1.402.913,49	242.293,18	82.111,14
2009	45	2.221.819,24	141.489,26	2.861.886,10	315.704,42	80.091,73
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007						
2008						
2009	6		263.952,29	634,65		8.905,89

Cargo de Provisamento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007								
2008								
2009								
Requisitados com ônus para a UJ								
2007						NA		
2008						NA		
2009						NA		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007						NA		
2008						NA		
2009						NA		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	9	112.112,88						
2008	9	128.260,44						
2009	9	181.683,91						

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2007									
Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	003/08	06088000/0002-52	28/11/08	28/11/10	04	04			P
O	007/09	04795101/0001-57	10/02/09	10/02/11	05	05			P

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	26.811,99	-	26.811,99	--
2007	-----	-----	-----	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	87.925,09	--	64.324,17	23.600,92
2007	2.040,00	2.040,00	---	---
2009				

Quadro de Detalhamento de Transferências								
Concedente(s)								
UG / CNPJ		Texto						
130018/00.396.895/0074-80		SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO TOCANTINS						
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência	
							Início	Fim
1	704362	029036820001-78	518.800,00	52.500,00		518.800,00	12/08/09	31/08/10
1	704371	029036820001-78	1.130.000,00	130.000,00		1.130.000,00	14/08/09	30/08/10
1	704385	029036820001-78	3.159.594,00	330.000,00		3.159.594,00	12/08/09	31/07/10
1	704590	029036820001-78	2.571.840,00	260.000,00		1.901.500,00	24/09/09	31/12/09

1- RESPONSABILIDADES

1.1 – Papel do SEPDAG-TO na execução das políticas públicas

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT/SFA-TO) no Tocantins tem priorizado políticas públicas agropecuárias consoantes às estaduais. E também, atendido a demandas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA em atividades de acompanhamento de convênios e análise prévia e fiscalização de contratos de repasse oriundos de emendas parlamentares.

Este serviço, conforme o perfil agropecuário do Estado utiliza-se dos seguintes meios para sua atuação: recursos disponíveis, número de técnicos atuantes, número de demandas e projetos implementados, sempre respeitando as políticas públicas contidas na Portaria nº300, de 16 de junho de 2005 e Portaria nº1.226, de 18 de dezembro de 2008, ambas do MAPA.

Dentre os programas da SDC/MAPA implementados, no Estado, em 2009 destacaram-se: fomento a agropecuária orgânica, produção integrada de frutas, fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários, incentivo ao cooperativismo, apoio a arranjos produtivos locais e ações para viabilizar parcerias institucionais.

Todos os planos internos (PIs) inerentes ao SEPDAG-TO, vinculados aos programas da SDC/MAPA estão sob responsabilidade e gerência dessa Secretaria de forma centralizada.

No decorrer do ano de 2009, o SEPDAG/DT/SFA-TO possibilitou a publicação da nova portaria e regimento interno da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Tocantins - CPOrg-TO, conforme preconiza a legislação vigente. Uma importante conquista da CPOrg-TO foi o incentivo recebido para realizar um diagnóstico da produção orgânica no Estado. Fato que permitirá um fomento direcionado e específico conforme as demandas locais para produção orgânica.

A produção integrada de abacaxi, desenvolvida no Tocantins, representou importante elo para três Estados (Amazonas, Bahia e Pará), visto ter gerado intercâmbio de informações por meio de visitas de produtores e técnicos a propriedades tocantinenses, os quais se beneficiaram com o exemplo apresentado dessa modalidade de produção.

Além desse elo, ações de acompanhamento, assessoramento e monitoramento do programa de produção integrada da cultura do abacaxi foram desenvolvidas em trinta e nove propriedades do Estado, totalizando duzentos e quarenta hectares de área cultivada sob esse sistema.

Ressalta-se que o SEPDAG/TO é o representante natural da SFA-TO nas câmaras e comitês estaduais, nas reuniões e nos eventos ligados à agropecuária tocantinense. No ano de 2009 o SEPDAG/TO registrou 89 participações em eventos, reuniões, câmaras e comitês estaduais ligados diretamente à agropecuária.

Por fim, atividade de grande relevância para o desenvolvimento do setor agropecuário é formalização de parcerias institucionais, e neste ano, foram inseridos no SICONV cento e setenta e dois pareceres de análise prévia de propostas/planos de trabalho encaminhados pelas Prefeituras Municipais tocantinenses, sendo aprovadas 56 propostas, beneficiando 44 municípios, num total de R\$ 11.100.000,00

Dessa forma, afere-se que as atividades de parcerias institucionais, produção integrada de abacaxi e produção orgânica têm se destacado na relação demandas/resultados para o SEPDAG-TO.

2- Estratégia de Atuação

O SEPDA/D/SFA-TO tem se estruturado e obtido bons resultados por meio de parcerias institucionais, principal estratégia de atuação, as quais são formadas conforme projetos e demandas gerados pelas esferas federal, estadual ou municipal.

Em vista do reduzido corpo técnico, poucas atividades são específicas por área, mas, bem distribuídas quando a atividade exige. No ano de 2009 o setor contou com dois engenheiros agrônomos e uma zootecnista, ambos fiscais federais agropecuários, uma médica veterinária, cedida pelo Estado por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado com o MAPA, e uma estagiária.

3- Programas

3.1-PROGRAMA 1442 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

A) DADOS GERAIS DO PROGRAMA

TIPO DO PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente do Programa	SDC/MAPA
Gerente Executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira.
Público Alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.
PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none">• 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica,• 8591- Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas,• 8622- Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo,• 8560- Fomento à Inovação no Agronegócio.	

AÇÃO 4720- APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA

TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Agroecologia- SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDA/D/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Servidores habilitados/capacitados para aplicarem mecanismos de garantia da qualidade orgânica conforme normas vigentes.

TABELA 02: DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Programa: 1442 = Ação: 4720

Programa: 1442 - Ação: 4720

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO PPA: 4720		APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA				
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS		LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL					
R\$ 3.378,00	R\$ 3.378,00	3.157,72		3.157,72		3.157,72
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
ORDEM	INDICADOR	REFERENCIA			ÍNDICE PREVISTO NO EXERCÍCIO	ÍNDICE ATINGIDO NO EXERCÍCIO
		DATA	ÍNDICE INICIAL	ÍNDICE FINAL		
	CAPACITAÇÕES/REUNIÕES		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE						
ÍNDICE ATINGIDO NO EXERCÍCIO = <i>ÍNDICE FINAL*100/ÍNDICE INICIAL = R\$ 3.157,72*100/3.157,72 = 100%</i>						
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os recursos utilizados nessa ação foram destinados a orientar e capacitar técnicos do serviço quanto às normas de mecanismos de garantia da qualidade orgânica segundo as normas vigentes. Ressalte-se que foi realizada a terceira de 4 Etapas da capacitação técnica para fiscalização e controle dos produtos orgânicos, conforme a legislação vigente. Os recursos para atenderem essa ação foram originados do plano interno (PI) CERTORGAN1 e planejados e descentralizados pela Coordenação de Agroecologia- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA.						

AÇÃO 8591- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS
TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada.
Descrição	Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação-Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade – CGSPR / DEPROS / SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Márcia Caruso Theophilo Caldas
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) Agrônomos

TABELA 02: DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Programa: 1442 - Ação: 8591 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO PPA: 8591		Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas				
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS	LIQUIDADADA		RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL					
7.115,,18	7.115,18	6.493,70		6.493,70		6.493,70
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
ORDEM	INDICADOR	REFERENCIA			INDICE PREVISTO NO EXERCICIO	INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO
		DATA	INDICE INICIAL	INDICE FINAL		
1	MONITORAMENTO/REUNIÕES/ABACAXI/VISITAS TÉCNICAS		6.493,70	6.493,70	100%	100%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE						
<p align="center">= INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO = $INDICE\ FINAL * 100 / INDICE\ INICIAL = R\\$ 6.493,70 * 100 / 6.493,70 = 100\%$</p>						
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
<p>Os recursos foram utilizados para ações de acompanhamento, assessoramento e monitoramento do Programa de Produção Integrada da Cultura do Abacaxi no Estado, atendendo também a despesas de viagens para participação em eventos e recepção de comitiva de técnicos e produtores do Amazonas, Bahia e Pará em excursões e reuniões no sentido de conhecer a PI abacaxi no Estado. Foram ainda realizadas visitas a propriedade de pecuária de corte, objetivando avaliar a viabilidade de se implantar sistema de produção integrada de carne bovina. Os recursos foram disponibilizados pelos PIs APOIOAGRIC e APOIOPEC.</p>						

AÇÃO 8622- DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO**TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO**

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação-Geral de Acompanhamento – CGA / DENACOOP / SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitados

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO PPA: 8622		DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO			
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS	LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL				
2.157,00	2.157,00	1.426,54	1.426,54		1.426,54

INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
ORDEM	INDICADOR	REFERENCIA			INDICE PREVISTO NO EXERCICIO	INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO
		DATA	INDICE INICIAL	INDICE FINAL		
1	CONFERENCIAS		1.426,54	1.426,54	100%	100%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE						
INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO = <i>INDICE FINAL*100/INDICE INICIAL = R\$ 1.426,54*100/1.426,54= 100%</i>						
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
<p>A participação na Conferência de APL trouxe como beneficio significativos conhecimentos sobre o tema, bem como estratégias para organização das cadeias de produção no sentido de aproximação dos atores do segmento para atuarem de forma conjunta. No que se refere ao Seminário de Gênero, propiciou mais uma possibilidade de atuação/fomento na região do território da cidadania do Bico do Papagaio, o que poderá trazer significativos beneficios às “quebradeiras de coco” através da adesão ao associativismo. Os eventos foram também importantes no sentido de trazer à tona a possibilidade de se implantar programas de incentivo às cooperativas de leite, em beneficio das esposas de cooperados via projetos do “coopergênero”; ou seja, os recursos investidos trouxeram possibilidade de beneficio à sociedade integrante do sistema.</p>						

AÇÃO 8560- FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
Descrição	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária – DEPTA/SDC
Coordenador nacional da ação (1)	Marilena de Assunção Figueiredo Holanda
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitados

TABELA 02: DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Programa: 1442 - Ação: 8560

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
CÓDIGO PPA: 8560		FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO			
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS	LIQUIDADA	RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL				
2.820,22	2.820,22	2.820,22	2.587,39		2.587,39
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS					
ORDE M	INDICADOR	REFERENCIA			INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO
		DATA	INDICE INICIAL	INDICE FINAL	
1	REUNIÕES/DIA DE CAMPO/MISSÃO TÉCNICA		2.820,22	2.587,39	91,74%

FORMULA DO CALCULO DO INDICE
<p align="center">INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO = <i>INDICE FINAL*100/INDICE INICIAL = R\$ 2.587,39*100/2.820,22 = 91,74 %</i></p>
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO
<p>Os recursos, oriundos do PI INOVAGRO, foram investidos no atendimento a despesas decorrentes de deslocamentos necessários à participação da Unidade Gestora em dia de campo, missão técnica, curso sobre pragas do abacaxizeiro, além de acompanhamento de missão técnica ao estado de Goiás, com o objetivo foi fomentar o intercambio entre os grupos. No que concerne aos benefícios decorrentes do investimento, afirmamos que o curso teórico-prático sobre reconhecimento de pragas e doenças do abacaxi foi de grande importância para o desenvolvimento da cadeia produtiva da abacaxicultura tocaninense. A participação no dia de campo permitiram a divulgação e entrega de sementes de para a introdução da adubação verde adubos o projeto Manuel Alves. O grupo do estado de Goiás, composto de produtores rurais, técnicos e representantes de industrias de laticínio, vieram participar de Oficina para melhoria da qualidade do leite no Tocantins, visando verificar a possibilidade em cursos sobre Indicação Geográfica a ser oportunamente promovido pelo MAPA.</p>

3.2-PROGRAMA 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

A) DADOS GERAIS DO PROGRAMA

TIPO DO PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Objetivos específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Gerente do Programa	SDC/MAPA
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Elisângela Pinto Figueiredo
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público Alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.
B) PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 8611- Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário; 2B17- Fiscalização de contratos de repasse.	

AÇÃO 8611- APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO

TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI / SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Reinaldo Carvalho Vergara
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Equipe técnica habilitada

Programa: 6003

Ação: 8611

TABELA 02: DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO PPA: 6003/ AÇÃO 8611		APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS		LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL					
		7.265,00		5.478,36		5.478,36
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
ORDEM	INDICADOR	REFERENCIA			INDICE PREVISTO NO EXERCICIO	INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO
		DATA	INDICE INICIAL	INDICE FINAL		
1	ACOMPANHAMENTO		7.265,00	5.478,36	100%	75,40 %
FORMULA DO CALCULO DO INDICE						
INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO = INDICE FINAL*100/INDICE INICIAL = R\$ 5.478,36*100/7.265,00 = 75,40 %						
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os recursos, oriundos do PI Approdutor, foram investidos nos trabalhos de fiscalização de um contrato de Repasse e seis convênios, cada um formalizado com município diferente, todos referentes a recuperação de estradas vicinais. Do workshop sobre Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, com objetivo de agregar conhecimentos sobre o assunto, houve a participação de todos os técnicos do SEPDA/TO.						

AÇÃO 2B17- FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL - SDA
Coordenador nacional da ação (1)	Luciana Giffoni Rodrigues Padilha
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDA/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitado(s)

Programa: 6003
Ação: 2B17

TABELA 02: DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO PPA: 6003/		APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS		LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL					
17.810,00	17.810,00	17.810,00		16.518,14		16.518,14
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
ORDE M	INDICADOR	REFERENCIA			INDICE PREVISTO NO EXERCICIO	INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO
		DATA	INDICE INICIAL	INDICE FINAL		
1	FISCALIZAÇÃO		17.810,00	16.518,14	92,75 %	92,75%
FORMULA DO CALCULO DO INDICE						
INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO = INDICE FINAL*100/INDICE INICIAL = R\$ 16,518,14*100/17.810,00 = 92,75 %						
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
PROGRAMA	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO					
AÇÃO	FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE					
				PROGR.	EXEC.	%
PRODUTOS	MUNICIPIOS FISCALIZADOS			14	13	
	INDICE DE EFICIENCIA	I.EF= V.EXEC/V.PROGR			92,86 %	
	CONTRATOS FISCALIZADOS			32	32	
	INDICE DE EFICIENCIA	I.EF= V.EXEC/V.PROGR			100,00%	
	VALOR FISCALIZADO			9.719.999,58	9.719.999,58	
	EFICIENCIA	I.EF= V.EXEC/V.PROGR			100,00%	
REGULARIDADE DOS CONTRATOS						
SITUAÇÃO DOS CONTRATOS				REGULAR	IRREGULAR	
EM RELAÇÃO DO NUMERO DE CONTRATOS				32	32	
INDICE DE REGULARIDADE (%)						100,00%
EM RELAÇÃO AO VALOR FISCALIZADO				3.334.085,39	6.385.027,36	
VALOR TOTAL FISCALIZADO				9.719.112,75		
INDICE DE REGULARIDADE (%)				34,30%	65,70%	
EFETIVIDADE						
<p>Considerando-se que "INDICE DE EFETIVIDADE" é conceituado como os efeitos benéficos propiciados à sociedade, ante a inexistência de parâmetros anteriores para a aferição comparativa, não foi possível detectar aqui aqueles efeitos. No entanto, verificamos que aludido Índice está representado pela constatação da necessidade de promover o aprimoramento na forma de consignação, aprovação e acompanhamento dos Contratos de Repasse, a partir do momento da indicação dos parlamentares envolvidos. No sentido de contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos, maquinas e equipamentos adquiridos oriundos dos contratos, entendemos pertinente a adoção de maior parcimônia na liberação dos recursos, na aprovação dos Planos de Trabalho e na fiscalização dos citados Instrumentos, o que evitará situações como as aqui apresentadas, quais sejam, 50% dos contratos fiscalizados apresentam alguma irregularidade e, considerando-se o valor fiscalizado, referido percentual absurdamente alcança índice superior a 65%.</p>						

3.3-Programa 1426 – Conservação, manejo e uso sustentável da agro biodiversidade

a) Dados Gerais do Programa

TIPO DO PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos específicos	
Gerente do Programa	SDC/MAPA
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público Alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

b) Principais ações do programa

8606- DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA PRÓ-ORGÂNICO

AÇÃO 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA PRÓ-ORGÂNICO

TABELA 01 - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere produção orgânica.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados de assistência aos produtores para a inserção ao sistema orgânico de produção, bem como os demais agentes da cadeia de produção orgânica. Promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade. Promoção do acesso ao crédito que considere as particularidades do sistema de produção orgânica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Coordenador nacional da ação (1)	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitado(s)

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira

Programa: 1426

AÇÃO: 8606 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA PRÓ-ORGÂNICO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
CÓDIGO PPA: 1426 AÇÃO 8606		DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA PRO-ORGANICO				
DOTAÇÃO		DESP. EMPENHADAS		LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADO	PAGO
INICIAL	FINAL					
13.126,00	13,126,00	13.126,00		10.183,70		10.183,00
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
ORDEM	INDICADOR	REFERENCIA			INDICE PREVISTO NO EXERCICIO	INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO
		DATA	INDICE INICIAL	INDICE FINAL		
1			13.126,00	10.183,70	%	68,79%
68,79						
INDICE ATINGIDO NO EXERCICIO = INDICE FINAL*100/INDICE INICIAL = R\$ 8.083,70 * 100/ 11.749,70 = 68,79 %						
ANALISE DO RESULTADO ALCANÇADO						
Os recursos foram disponibilizados por meio do PI DESENORG para atenderem as despesas para fomento de produtos orgânicos no Estado. Com eles, foram promovidos vários eventos visando a divulgação dos produtos orgânicos, dentre elas palestras em escolas e panfletagem em feiras, avenidas e supermercados de Palmas, havendo também treinamentos de servidores do Serviço e para apresentação de Banco Comunitário de Sementes verdes em outro estado e, com a mesma finalidade, participação dias de campo visando a distribuição de sementes de adubos de verdes para produtores familiares dos municípios de Palmas.						

Fonte: SEPDA-TO, janeiro de 2010.

PROGRAMA: 1426

AÇÃO: 8606

TABELA 03: DESEMPENHO OPERACIONAL

METAS/INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO (A)	EXECUTADO (B)	INDICADOR	
				Eficácia (B) / (A) x 100	Utilidade
Participação da II reunião nacional do programa “bancos comunitários de sementes de adubos verdes”	união	01	01	100%	Conhecer e controlar o número de eventos e beneficiários
Divulgação da V Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos	divulgação	07	07	100%	Conhecer e controlar divulgação realizada
Distribuição de sementes de adubos verdes	distribuição	02	02	100%	Controlar a distribuição de sementes de adubos verdes
Apresentação de palestra sobre certificação orgânica- Agrotins-por técnico de Florianópolis - SC	palestra	01	01	100%	Controlar palestras ministradas
Publicação oficial da Portaria de criação da CPOrg-TO e do respectivo Regimento Interno	publicação	02	02	100%	Conhecer e controlar publicações realizadas.

A SFA-TO participou também de vários eventos com o objetivo de fomentar a produção orgânica, dentre eles:

- Cinco reuniões da CPOrg-TO, AGROTINS, maior feira agro tecnológica do Estado, juntamente com as instituições integrantes da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Tocantins – CPOrg-TO, V Semana dos Alimentos Orgânicos, concedeu entrevista a três redes de TV, proferiu palestra na Faculdade Católica de Palmas, além de ações de divulgação do programa para alunos de agronomia e zootecnia e para produtores de flores tropicais em dia de campo;
- Palestras sobre adubação verde;
- Análises de sementes remanescentes do programa bancos comunitários de sementes de adubos verdes visando promover a sua distribuição aos interessados.

3.5-PROGRAMA 0393 – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A) DADOS GERAIS DO PROGRAMA

TIPO DO PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Objetivos específicos	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Gerente do Programa	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual- INPI
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público Alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

b) Principais ações do programa

2B47-FOMENTO A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS -IG

Ação 2B47- Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Tabela 01 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores) - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Incentivo a Indicação Geográfica de produtos Agropecuários- CIC/DEPTA/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Bivanilda Almeida Tápias
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDA/DI/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Técnicos capacitados

TABELA 02: DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**Programa: 0393****Ação: 2B47**

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA						
	METAS FINANCEIRAS			METAS FISICAS		
ESPECIFICAÇÃO	PROG.	EXEC	%	PROG	EXEC	%
DIARIAS	6.310,10	6.128,69	97,13%	5	5	100,00%
CONSUMO	600,00	346,00	57,67%			
PASSAGENS	6.300,00	5.638,89	89,51%			
SERVIÇOS (PJ)	200,00	35,00	17,50%			

3.6 – PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CIRCUITOS, CONGRESSOS, CURSOS E REUNIÕES

A Participação em Seminários, Circuitos, Congressos, Cursos e Reuniões do setor agropecuário é necessária para que o SEPDA/D/DT/SFA-TO possa melhor conhecer as demandas do Estado visando estimular a organização do setor agropecuário, participar das comissões regionais, estaduais e municipais ligadas à agropecuária, levantar dados sobre as atividades referentes à agropecuária, coletar e transmitir informações e dados sobre a respectiva produção estadual, apoiar e subsidiar a participação da SFA/TO em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências, como preconiza a legislação, possibilitaram a elaboração do planejamento dos trabalhos a serem executados no exercício de 2010.

No que se refere à Participação em reuniões e eventos em geral relacionados à agropecuária, a SFA-TO foi representada nos seguintes, separados por ações/programas.

3.7- Viagens realizadas com ônus diretamente da SDC ou com ônus de outro setor da SFA-TO.

1. Participação na I Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas do MAPA – Brasília-DF – 1 FFA do SEPDA/D/DT/SFA-TO;
2. Participação na I Reunião Nacional de Aviação Agrícola do Tocantins – Lagoa da Confusão – 1 FFA do SEPDA/D/DT/SFA-TO;
3. Participação na Reunião com assessores parlamentares da Região Norte – Brasília-DF - 1 FFA do SEPDA/D/DT/SFA-TO.

ANEXO I

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS		
AGROPECUARIA ORGANICA		
CATEGORIA DA AÇÃO	QUANT.	PARTICIPANTES
REUNIÃO	17	13
OUTROS	2	AGROTINS
PRODUÇÃO INTEGRADA		
REUNIÕES	3	6
PALESTRAS	2	ABERTA AO PUBLICO
MOVIMENTO DE PRAGAS DO ABACAXI	1	EMBRAPA/SEAGRO-TO
INDICAÇÃO GEOGRAFICA		
REUNIÃO	1	1
PARCERIAS INSTITUCIONAIS		
REUNIÕES	5	PREFEITURAS/MI/BANCO DO BRASIL/SEAGRO/ATM.
INTEGRAÇÃO LAVOURA - PECUARIA - FLORESTAS		
WORKSHOP	1	VÁRIAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS
REUNIÃO	1	GOVERNO DO ESTADO
APL-ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS/COMITÊS/FOMENTO		
REUNIÕES	45	34
ENCONTROS TÉCNICOS	6	23

SEFAG - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição da comunidade e dos consumidores.

O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/TO) tem por objetivo atender ao **Programa de Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários** do PPA 2008-2011, através das seguintes ações, correspondentes aos Planos Internos (PI's) abaixo descritos:

PROGRAMAS INTERNOS DO SEFAG-TO		
PROGRAMA	AREA	AÇÕES
FISFECOI	VEGETAL	FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES
FISCAGRIC	VEGETAL	FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS
FISCALSEM	VEGETAL	FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS
FISAGROTOX	VEGETAL	FISCALIZAÇÃO DE AGROTOXICOS E AFINS
FISCINAN	ANIMAL	FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
FISPROVET	ANIMAL	FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS

Esporadicamente este serviço atua também na área do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, para o qual temos um FFA que é instrutor e recepcionista de missões internacionais, bem como, a Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN feita em conjunto com o SEDESA/SFA-TO.

Salientamos que, o universo das ações desenvolvidas pelo SEFAG/SFA-TO, no estado está sedimentado em todas as microrregiões, pelas diversas áreas de abrangência de cada PI, como pode ser visto pela quantidade de estabelecimentos registrados, licenciados, inscritos e/ou credenciados.

Os fatores que afetam de forma significativa os resultados do desempenho deste programa, são as diversas ações executadas e a falta de recursos humanos, desde auxiliares técnicos (inexistem) e até mesmo fiscais federais agropecuários. Contudo, os profissionais localizados no SEFAG-TO vêm se desdobrando, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados a sociedade, principalmente àquelas ligadas às atividades agropecuárias.

A Equipe Técnica é composta por oito profissionais:

FORMAÇÃO	QUANTIDADE
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	5
MÉDICOS VETERINÁRIOS	2
ZOOTECNISTA	1

O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-TO) desenvolve as ações de fiscalização, de inspeção, de controle e acompanhamento de empresas que exploram as atividades que se dedicam à produção, comercialização, reprodução, importação e prestação de serviços de interesse das atividades agropecuárias em geral, inclusive do acompanhamento de associações de classe e de leilões de produtos destinados às atividades da área da agropecuária.

Para o desenvolvimento destas atividades o SEFAG-TO realiza fiscalizações “in loco”, de acordo com O Plano Operativo Anual – POA, cuja programação é elaborada por cada Plano Interno – PI no final do exercício anterior, executando os programas cujos resultados estão demonstrados nas Tabelas a seguir:

2.3. Programas

2.3.1. PROGRAMA: 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

TABELA 1 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA

TIPO DE PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO
Objetivo geral	Garantir a qualidade e a conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária.
Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Dourado Júnior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de conformidade dos insumos e serviços agrícolas
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. AÇÃO: 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

TABELA - 2 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 6.296, de 11/12/2007; Instrução Normativa nº 4, de 23/02/2008; Instrução Normativa nº 15, de 26 de maio de 2009; Instrução Normativa nº 22 de 02 de junho de 2009 e Instrução Normativa nº 30 de 05 de Agosto de 2009.

SEFAG - SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUARIA

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

INSUMOS AGRICOLAS ALIMENTAÇÃO ANIMAL

AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
INSUMOS AGRICOLAS ALIMENTAÇÃO ANIMAL						
FISCALIZAÇÃO	190	149	78,42%	R\$ 18.785,35	R\$ 16.927,95	
COLETA DE AMOSTRAS	219	190	86,76%			
PART. EM EVENTOS	1	1	100,00%			
TOTAIS				R\$ 18.785,35	R\$ 16.927,95	90,11%

O Universo da ação está constituído conforme detalhamento contido na Tabela a seguir, havendo gerado a documentação relacionada na Tabela seguinte:

ALIMENTAÇÃO ANIMAL	
TIPO DE ESTABELECIMENTO	
FABRICANTES	42
• Rações - 18	
• Suplementos - 20	
• Ingredientes – 18*	
• Concentrados - 06	
Comerciante	34
Total	76

*Estabelecimentos registrados no SIPAG, com produtos registrados no SEFAG

AÇÕES NÃO PROGRAMÁVEIS

Atividades Desenvolvidas de Apoio a Fiscalização			
METAS FÍSICAS	UNIDADE	EXECUTADO	
		2008	2009
Registro de Estabelecimento Fabricante	Nº	03	04
Registro de Produto	Nº	16	57
Auto de Infração	Nº	43	43
Notificação de Multa	Nº	-	13*
Multa Recolhida	R \$	-	13.280,00
Processos Relatados	Nº	43	43
Anuência para Importação	Nº	06	36
Apreensão de Produto		01	06

* As Notificações de Multas de 2008 foram encaminhadas em 2009 em nº de 13, sendo que os restantes serão julgados e notificados e também em 2009.

RESULTADOS:

A fiscalização de estabelecimentos, embora não tenha alcançado a meta estabelecida, não comprometeu a finalidade do programa, o que será demonstrado através dos indicadores de conformidade de produtos, sendo essencial destacar que foram priorizadas as inspeções relacionadas às 46 Boas Práticas de Fabricação (BPF), o que demanda maior permanência dos Fiscais nos estabelecimentos para avaliação rigorosa dos procedimentos adotados. Referida situação reduziu o total de fiscalizações efetuadas. A adoção de Boas Práticas de Fabricação mostrou-se a ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial do Tocantins, o que, em futuro próximo, o consumidor passará a ter acesso a produtos mais seguros e em conformidade.

Diversos motivos impactaram negativamente o alcance das metas do PI FISCINAN. São eles:

1. Devido à falta de produtos a serem coletados, embora a planilha de coletas de amostras de Conformidade para Salmonelas e de Microscopia tenha sido enviada no início do ano, as metas não foram cumpridas em sua integralidade;
2. Houve deficiência de descentralização de recursos, especialmente no mês de dezembro;
3. A morosidade do LANAGRO-PE na execução das análises de conformidade dentro dos prazos previstos, bem como a redução do número de amostras devido a dificuldades apontadas pela CPAA/DFIP/S D A, em prejuízo das atividades programadas;
4. Consideramos impactos positivos para o sucesso dos trabalhos, a colaboração de um Médico Veterinário da SEAGRO-TO, à disposição deste Serviço, havendo sido a sua atuação de fundamental importância para a execução dos trabalhos sob responsabilidade de Unidade Gestora;

Durante o ano de 2009 foram feitas 36 (trinta e seis) Autorizações de Embarque de LI's – Licenciamento de Importação de Alimentos para Animais, totalizando 1.047.600 kg, principalmente de alpiste.

2.3.2.1. AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES

TABELA X – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores.
Descrição	Fiscalização de conformidade dos estabelecimentos produtores e comerciantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 5.351/2005, Decreto 4.954/2004 e Decreto 5.741/2006.

No que se refere às Metas Físicas e Financeiras, bem como aos seus efeitos comparativos dos exercícios de 2008/2009 no universo fiscalizado, os resultados alcançados estão relacionados nas Tabelas a seguir:

FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES						
AÇÕES (PRODUTOS/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PROGR	EXEC	%	PROGR	EXEC	%
FISCALIZAÇÃO	131	135	103,05%	R\$ 36.149,22	R\$ 36.128,62	99,94%
COLETA DE AMOSTRAS	65	68	104,62%			
CAPACITAÇÃO	1	1	100,00%	R\$ 1.929,89	R\$ 1.929,89	100,00%
PART. EM EVENTOS	1	1	100,00%	R\$ 13.264,69	R\$ 13.264,69	100,00%
TOTAIS				R\$ 88.914,50	R\$ 85.179,10	95,80%

A seguir apresentamos os quadros com os comparativos nos registro e nas fiscalizações destes estabelecimentos, no período compreendido entre 2008 e 2009, sendo neles também apresentados os dados relativos ao número de amostras coletadas, a quantidade amostrada e os índices da representatividade da amostragem (IRA), de 2008 a 2009:

UNIVERSO DE FISCALIZAÇÃO: ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS REGISTRADOS NO TOCANTINS

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES E COMERCIAIS REGISTRADOS NA UG - ACUMULADO ATÉ 2009			
		2008	2009
EP Fertilizante	Nº	02	03
EP Corretivos	Nº	16	17
TOTAL EP (1)	Nº	18	20
EC (2)	Nº	31	44
Produtos Registrados no ano	Nº	38	24
Total de Produtos Registrados	Nº	292	322

(1) EP: Estabelecimento Produtor (2) EC: Estabelecimento Comercial

AÇÕES NÃO PROGRAMÁVEIS

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DE APOIO A FISCALIZAÇÃO			
METAS FÍSICAS	UNIDADE	EXECUTADO	
		2008	2009
Registro de Estabelecimento Produtor	Nº	03	02
Registro de Estabelecimento Comercial	Nº	04	05
Registro de Produto	Nº	30	24
Auto de Infração	Nº	04	14
Notificação de Multa	Nº	03	05
Multa Recolhida	R \$	3.458,00	5.684,88
Processos Relatados	Nº	04	09
Anuência para Importação	Nº	17	22
Volume de fertilizante autorizado para importação	t	19.604	37.300
Apreensão de Produto - Corretivo de Acidez	t		600
Certificação de Resultados de Análise	Nº	27	67

FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E AMOSTRAS PARA ANÁLISE FISCAL

Foram programadas a fiscalização de 5% de fertilizantes mistos e 5% de simples, bem como auditorias dos processos de fabricação, o que levou as empresas a manter melhor padrão de qualidade em seus produtos, sendo importante salientar que aludido monitoramento é executado através de coleta de amostras para comprovação das garantias legais, sejam os produtos nacionais ou importados.

RESULTADOS:

A Inspeção e a Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes, tem como objetivo assegurar qualidade e conformidade dos produtos ofertados ao público. Em que pese o insuficiente número de pessoal técnico, as metas foram satisfatoriamente alcançadas, atingindo índices de execução de 60 a 92% do programado, especialmente se considerarmos que as atividades não programáveis também foram executadas a contento. A deficiência de recursos humanos provocou atrasos no encaminhamento de processos de multa para cobrança executiva e a necessidade de revisão das metas programadas

Como EFETIVIDADE DA AÇÃO pode-se afirmar que houve significativos avanços, uma vez que muitas empresas regularizaram a situação, passando a oferecer produtos de melhor qualidade ao consumidor final.

Um dos principais motivos para o sucesso foi a presteza na descentralização de recursos financeiros, podendo-se citar como promotor de impacto negativo a crônica falta de pessoal, sendo relevante salientar que foram cumpridas as metas estabelecidas pelo POA – Plano Operativo Anual.

TABELA X – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREVISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Evolução do custo médio da fiscalização em estabelecimentos produtores	47	8.700,34	42	6.038,58	1,29*	
Custo apurado por fiscalização em relação ao programado	111	20.954,64	115	20.934,04	0,98*	
Fiscalização realizada em relação ao programado	111		115		1,04	
Fiscalização realizada em estabelecimento produtor	20		20		1,00	
Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual	200.000		568,1		0,68	
Corretivo amostrado em relação à produção anual	1.300.000		37.456		2,88	
Coleta de amostras	65		68		1,05	
Processo julgado em 1ª Instância	(14) **		09		0,64	
Treinamento	(01) **	1.929,89	01	1.929,89	1,00	1,00
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	-	06	13.264,69	1,00	1,00
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	-	02	Sem ônus	1,00	1,00

*Índices apurados conforme Indicadores de Desempenho da Coordenação de Fiscalização de Insumo Agrícolas – CFIC/DFIA. ** Metas não Prevista

2.3.2.1. AÇÃO 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

TABELA X – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas a fim de garantir a conformidade dos padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Fiscalização de sementes e mudas.
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	A Lei nº 10.711/03 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.153/04, bem como as Instruções Normativas nº 09 de 02/06/2005, 15 de 12/07/2005, 18 de 13/04/2006, 24 de 16/12/2005, 25 de 16/12/2005 e 36 de 28/12/2004 são as Normas aplicáveis à fiscalização das atividades do Sistema Nacional de Sementes e Mudas.

As ações diretas e indiretas desta atividade estão sendo reorganizadas a partir da publicação da Lei nº 10.711/2003 e do Decreto Nº 5153/2004. Em 2005, o SEFAG iniciou a inscrição e o credenciamento de todos os agentes envolvidos no segmento de sementes e mudas no Tocantins, estando seus resultados demonstrados na tabela a seguir:

TABELA X - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS						
AÇÃO 2179 - SEMENTES E MUDAS						
AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
SEMENTES E MUDAS						
FISCALIZAÇÃO	235	281	119,57%	41.177,48	41.977,67	101,94%
TREINAMENTOS	1	3	300,00%	2.170,02	6.709,97	309,21%
PART. EM EVENTOS	15	15	100,00%	18.646,97	18.646,97	100,00%
TOTAIS	235	281	119,57%	61.994,47	67.334,61	108,61%

INSCRIÇÕES E CREDENCIAMENTO DOS AGENTES – RENASEM

A reorganização das ações, iniciadas por força da Lei nº 10.711/2003 e do Decreto Nº 5153/2004 em 2005, vem promovendo a inscrição e o credenciamento de todos os agentes envolvidos no segmento de sementes e mudas no Tocantins, estando seus resultados demonstrados nas tabelas a seguir:

NÚMERO DE INSCRIÇÕES E DE CREDENCIAMENTOS NO RENASEM (REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS)			
Tipo de Agente	UNIDADE	Até 2008	2009
Produtor de Sementes	Nº	16	22
Produtor de Mudas	Nº	13	23
Total Produtor	Nº	29	45
Comerciante de sementes ou Mudas	Nº	302	333

Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de sementes	Nº	12	13
Responsável Técnico	Nº	50	52
Certificador da Prod. própria	Nº	02	02
TOTAL	Nº	395	445

PRODUÇÃO NO ESTADO NO TOCANTINS

PRODUÇÃO DE SEMENTES		
Categoria	2008	2009
	Área (ha)	Área (ha)
G	520	342
B	430	702
C1	611	2470
C2	188	418
S1	5402	2713
S2	22143	18936
TOTAL	29294	25581

AÇÕES NÃO PROGRAMÁVEIS

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS			
METAS FÍSICAS	UNIDADE	EXECUTADO	
		2008	2009
Amostra fiscal dentro do padrão	Nº	8	4
Amostra fiscal fora do padrão	Nº	0	31
Auto de Infração	Nº	14	31
Notificação de Multa	Nº	0	3
Multa Recolhida	R \$	0	1.599
Multa em Cobrança Executiva	R \$		
Processos em Cobrança Executiva	Nº		
Processos Relatados	Nº		12
Anuência para Importação	Nº	2	1
Volume físico de sementes fiscalizadas	t	64,7	
Semente reprovada retirada do comércio	t		12,5
Taxa recolhida – RENASEM	R\$	8.800	13.225
Taxa recolhida – inscrição campos de sementes / viveiros de mudas	R\$	25.416	25.978
Taxa recolhida – Certificação pelo MAPA	R\$	435	0
Termo de suspensão emitido	Nº		7

RESULTADOS:

A ação foi realizada por três Fiscais Federais Agropecuários, que executam também outras ações de responsabilidade do SEFAG/TO. No exercício em tela, foram fiscalizadas/conferidos a maioria dos campos de sementes inscritos no Estado, especialmente no sentido de orientar os produtores quanto ao cumprimento das Normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes. Com tais objetivos, foram fiscalizados 174 campos de sementes, correspondentes a uma área fiscalizada de 18.297,38 ha, em universo de 25.581 ha inscritos na safra 2009, bem como efetivada, no segmento de mudas, a fiscalização de 9.486.520 mudas, em 16 viveiros/unidades de propagação *in vitro*, alcançando 37 produtores de sementes, 22 de mudas, 2 beneficiadores de sementes, 4 usuários de sementes e 2 usuários de mudas, além de 14 comerciantes de sementes conjuntamente com o Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, responsável pela fiscalização do comércio de sementes.

À parte da programação, foram atendidas denúncias de uso ilegal de sementes protegidas de arroz, com autuação de 3 usuários e 1 beneficiador de sementes, com lacração de uma UBS – Unidade de Beneficiamento de Sementes.

Outras informações sobre os efeitos da execução das ações podem ser verificadas nas tabelas anexadas a este documento, bem como a situação do RENAME, que propiciou a arrecadação de taxas no valor de R\$ 39.203,00, havendo sido instalada a Comissão de Sementes e Mudas no Tocantins – CSM/TO, havendo sido a SFA/TO representada em vários eventos de capacitação e fomento durante o exercício ao qual se refere este Relatório.

Com o objetivo de suprir deficiências de estrutura, foi disponibilizado o valor de R\$ 2.500,00 pelo CSM, a ser investido na aquisição de moveis e aparelhos de comunicação.

2.3.2.1. AÇÃO 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS

TABELA X – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardegan
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto-Lei nº 917, de 07/10/1969, regulamentado pelo Decreto nº 86.765, de 22/12/1981; art. 4º, IV e V, da Lei nº 8.171, de 17/01/1991; art. 27, I, "e" e "f", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; e Anexo I, art. 1º, V e VI, 11, I e II, "e", e 13, VI, do Decreto nº 4.629, de 21/03/2003 e Instrução Normativa nº 02, de 03/01/2008.

Tabela x – Metas e resultados da ação no exercício

AÇÃO 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS						
AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FISICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	INDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	INDICE DE REALIZAÇÃO
FISCALIZAÇÃO	17	17	100,00%	3.500,00	2.695,00	77,00%
TREINAMENTO	1	1	100,00%	35.000,00	35.000,00	100,00%
EVENTOS	1	1	100,00%	2.012,36	2.012,36	100,00%
TOTAIS	19	19	100,00%	40.512,36	39.707,36	98,01%

UNIVERSO DA AÇÃO

SERVIÇOS AGRÍCOLAS		
TIPO DE ESTABELECIMENTO	2008	2009
Prestador de serviços	01	03
Empresas agrícolas	02	02
Aeronaves registradas	04	10
Empresas autorizadas (de outras UF's)*	02	04

* depende da demanda

AÇÕES NÃO PROGRAMÁVEIS

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS			
METAS FÍSICAS	UNIDADE	EXECUTADO	
		2008	2009
Fiscalização de Empresas	Nº	05	08
Fiscalização de Campo	Nº	04	09
Total		09	17
Aeronaves Fiscalizadas	Nº	12	24
Usuários Fiscalizados	Nº		04
Área Trabalhada*	Ha		104.392,0

* Computados apenas os relatórios das empresas registradas

RESULTADOS:

As atividades desenvolvidas no segmento de Aviação Agrícola têm como objetivo o cumprimento das normas de proteção à vida e à saúde das populações interessadas, bem como da proteção à fauna e a flora.

As metas estabelecidas no Plano Operativo Anual – POA foram satisfatoriamente alcançadas, sendo fiscalizadas oito empresas operantes no estado, sendo seis operadoras de aviação agrícolas e nove pistas de pouso no sentido de prestar orientações sobre pátios de descontaminação e doze aeronaves que foram autuadas e orientadas a regularizar a situação. Como resultado, três empresas que operavam clandestinamente regularizaram a situação e outras estão providenciando documentação junto a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para tal finalidade.

Com objetivo capacitar maior número de técnicos, foi realizada a **1ª Reunião Nacional de Aviação Agrícola no Tocantins**, com a participação de 37 Fiscais Federais Agropecuários de varias unidades da federação, além de um publico de cerca de 150 pessoas, compostas de Produtores Rurais, Técnicos ligados ao setor, Pilotos Agrícolas, Proprietários de Empresas de Aviação Agrícola, Ambientalistas, Ministério Publico Federal, Instrutores e Alunos do Aeroclube de Porto Nacional, cujo objetivo principal a discussão de temas relacionados à fiscalização das atividades de Aviação Agrícola, bem como a exposição de temáticas sobre o Tema.

2.3.2.1. AÇÃO: 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO**TABELA X – DADOS GERAIS DA AÇÃO**

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Fiscalizar os estabelecimentos revendedores de produtos veterinários
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Leandro
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Decreto-Lei nº 467/1969; Decreto nº 5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996.

No estado do Tocantins, as ações relativas ao programa de fiscalização de produtos veterinários, ante a inexistência de estabelecimentos que os produzam, são executadas somente nos estabelecimentos comerciais. As metas programadas foram integralmente alcançadas, sendo que os resultados estão especificados na Tabela a seguir:

AÇÃO 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS						
AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
PRODUTOS VETERINÁRIOS						
FISCALIZAÇÃO	169	172	101,78%	13.391,20	13.700,54	102,31%
PAT. EM EVENTOS	1	1	100,00%			#DIV/0!
TOTAIS	169	172	101,78%	13.391,20	13.700,54	102,31%

Durante o ano de 2009 foram realizadas 172 (cento e setenta e duas) fiscalizações, em estabelecimentos que comercializam produtos veterinários, que geraram 68 (sessenta e oito) Autos de Infração, 64 (sessenta e quatro) Termos de Apreensão, com 3.321 (três mil trezentos e vinte e um) unidades de produtos apreendidos por serem considerados substâncias ou produtos alterados, adulterados, falsificados ou impróprios para uso veterinário, além de ocasionar o cancelamento de 5 (cinco) estabelecimentos e o registro de 28 (vinte e oito) novos.

UNIVERSO DA AÇÃO

PRODUTOS VETERINÁRIOS		
TIPO DE ESTABELECIMENTO	2008	2009
*COMERCIANTE	199	220

2.3.2.1. AÇÃO: 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL

TABELA X – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Art. 1º, III, da Lei nº 9.712/1998; Lei nº 6.446, de 05/10/1977; Decreto nº 187, de 09/08/1991; Portaria Ministerial nº 501, de 06/09/1993; Portaria / SDR de 05/09/1996; Instrução Normativa nº 04, de 30/12/1998; Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 21/02/2003.

A ação tem por objetivo o controle da qualidade do material genético animal comercializado no país no sentido de salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários estabelecidos. Os resultados alcançados estão especificados na Tabela a seguir:

TABELA X – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

AÇÃO 2140 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL						
AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
SEMENTES E MUDAS						
FISCALIZAÇÃO	8	4	50,00%	1.750,52	1.028,95	58,78%
TOTAIS	8	4	50,00%	1.750,52	1.028,95	58,78%

RESULTADOS:

Ante a pequena demanda ocorrente no Estado do Tocantins, não foi possível avaliar os indicadores de desempenho constantes do MAPA estratégico do Ministério.

2.3.2.1. AÇÃO: 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS**TABELA X – DADOS GERAIS DA AÇÃO**

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual e de estabelecimentos para tratamento quarentenário e credenciar instituições de pesquisa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 7.802, de 12/07/1 989; Decreto nº 4.074, de 04/01/2002.

RESULTADOS

Em razão da inexistência das categorias de empresas sujeitas à fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as ações referentes ao controle de qualidade dos produtos agrotóxicos não foram estabelecidas, limitando-se a SFA/TO a se fazer representar em evento no sentido de manter a capacidade técnica do responsável pelo projeto interno.

TABELA X – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

AÇÃO 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTOXICOS E AFINS						
AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
SEMENTES E MUDAS						
PART. EM EVENTOS	2	1	50,00%	2.897,21	2.897,21	100,00%

RESULTADOS

Em atendimento a demanda da Agencia de Defesa Agropecuária do Tocantins – ADAPEC foi realizada uma fiscalização conjunta na região do Bico do papagaio, havendo sido constatadas várias irregularidades, resultando tal fato na lavratura de várias notificações, autos de infração e termo de apreensão, ficando evidenciada a falta de preparo e de ética daqueles que burlam a legislação, visando apenas o lucro, em detrimento da saúde da população e do meio ambiente.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Para avaliar o desempenho operacional das ações, o SEFAG/TO levou em consideração os seguintes conceitos: eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, construídos a partir dos indicadores descritos nos quadros abaixo:

INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA

Nas Tabelas a seguir estão demonstrados os índices correspondentes aos INDICADORES DE DESEMPENHO adotados para avaliar o Programas em análise:

AÇÃO: 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

TABELA – INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização em Estabelecimentos (registrados e clandestinos)	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009: $[CUR2009 / CUP2009 \times 100] - 100$ {16.927,95/18.785,35} - 100 0,99 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2009 / FP2009) * 100$ {149/190} 0,78 %	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/ demandadas: $(FR2009 / FN2009) * 100$ {149/190} 0,78 %
Coleta de Amostras	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009: $[CUR2009 / CUP2009] \times 100 - 100$ {16/18.391,00} - 100 0,58 %	Relação percentual entre o nº de coletas realizadas e o nº de coletas programadas: $(FR2009 / FP2009) * 100$ {190/219} 0,86 %	Relação % entre o nº de coletas realizadas e o nº de coletas necessárias/ demandadas: $(FR2009 / FN2009) * 100$ {190/190} 1,0 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009: $[CUR2009 / CUP2009] \times 100 - 100$ -	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2009 / PP2009) * 100$ -	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/ demandadas: $(PR2009 / PN2009) * 100$ 1,0 %

Conforme demonstrado, no que se refere à EFICIENCIA/ECONOMICIDADE, as fiscalizações em estabelecimentos correspondeu a 58% do custo programado, o mesmo ocorrendo em relação à ação coleta de amostras. Enquanto que o indicador eventos/treinamentos não teve sua eficiência avaliada por realizarem conforme demanda.

No que se refere à EFICÁCIA, foi alcançado o Índice de 78% do programado; o número de amostras realizadas foi de 78% do programado, enquanto no que concerne ao ÍNDICE DE EFETIVIDADE, atingimos o índice de 78%, o que caracteriza que as ações executadas trouxeram benefícios à sociedade.

AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES

Tabelas – Indicadores de Desempenho

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes** (economicidade)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a evolução do custo da ação de fiscalização, comparando com o custo apurado em períodos anteriores.

5. Índice inicial de referência: **1,57** (2008)

6. Esperado em 2009: **0,95**

7. Padrão de desempenho:

Bom	abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

Cálculo:

OE(UF)	R\$ 8.700,34	1,29
NFE (UF)	47	
OEAA(UF)	R\$ 6.038,58	
NFEAA(UF)	42	

Fonte:

OE(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.	SIOR e SIAFI
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizada no período (ano).	Relatório mensal de atividades
OEAA(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período anterior (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.	SIOR e SIAFI
NFEAA(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizado no período anterior (ano).	Relatório mensal de atividades

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)
3. Denominação (nome do indicador): **Custo apurado por fiscalização em relação ao programado** (eficiência)
4. Finalidade do indicador: Avaliar a relação do custo apurado por fiscalização em relação ao custo programado no ano.
5. Índice inicial de referência: **0,74** (2008)
6. Esperado em 2009: **1,1**
7. Padrão de desempenho:

Bom abaixo de 1,1 Cálculo:

Regular 1,1 a 1,3

Ruim acima de 1,3

				▼
OE(UF)	R\$	20.934,04		
NFE (UF)		115		
OP(UF)	R\$	20.594,64		
NFEP(UF)		111		
				0,98

Fonte:

OE(UF) Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo. SIOR e SIAFI

NFE (UF) Número de fiscalização em estabelecimentos realizada no período (ano). Relatório mensal de atividades

OP(UF) Orçamento de custeio programado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Plano operativo anual (POA)

NFEP(UF) Número de fiscalização em estabelecimentos programada no período (ano). Plano operativo anual (POA)

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)
3. Denominação (nome do indicador): **Fiscalização realizada em relação ao programado** (eficácia)
4. Finalidade do indicador: Avaliar o cumprimento da meta de fiscalização estabelecida na Lei orçamentária anual (LOA).
5. Índice inicial de referência: **0,87** (2008)
6. Esperado em 2009: **0,95**
7. Padrão de desempenho:

Bom acima de 0,9 Cálculo:

Regular	0,6 a 0,89	▼		
Ruim	abaixo de 0,59	TFR	115	
		TFP	111	1,04
Fonte:				
TFR TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM PRODUTO + TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS (linha 27 do relatório mensal - valor lançado no SIPLAN)		Relatório mensal de atividades		
TFP TOTAL DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS		SIPLAN e Plano Operativo Anual (POA)		
1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)				
3. Denominação (nome do indicador): Fiscalização realizada em estabelecimento produtor (eficácia)				
4. Finalidade do indicador: Avaliar se todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados no período. Calculado somente nas SFA que possuem indústrias. A diretriz da Coordenação Nacional é para que todos os estabelecimentos sejam fiscalizados pelo menos uma vez ao ano.				
5. Índice inicial de referência: 1,0 (2008)				
6. Esperado em 2009: 0,95				
7. Padrão de desempenho:				
Bom	acima de 0,9	Cálculo:		
Regular	0,6 a 0,89	▼		
Ruim	abaixo de 0,59	EF	20	
		TER	20	1,00
Fonte:				
EF(UF) Estabelecimento produtor Fiscalizado no ano (sem repetição)		Relatório Semestral		
TER(UF) Número total de Estabelecimento produtor registrado		SIPE		

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual** (eficácia)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação ao consumo anual de fertilizantes minerais. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 3% do consumo anual de fertilizantes minerais sólidos.

5. Índice inicial de referência: **2,1% (2008) = 0,89%**

6. Esperado em 2009: **2,5%**

7. Padrão de desempenho:

Bom	acima de 2,1%
Regular	1,0 a 2,1%
Ruim	abaixo de 1,0%

Cálculo:



FMA	568,1	0,28%
FMC	200000	

Fonte:

FMA	FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS)	Relatório mensal de atividades
FMC	FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO CONSUMIDO NO ANO (QUANTIDADE)	Mapas trimestrais de produção e anuário estatístico da ANDA

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **Corretivo amostrado em relação a produção anual** (eficácia)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação à produção anual de corretivos. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 5% da produção anual de corretivos.

5. Índice inicial de referência: **4% (2008) = 7,18%**

6. Esperado em 2009: **4,5%**

7. Padrão de desempenho:

Bom	acima de 4%
Regular	2,5 a 4%
Ruim	abaixo de 2,5%

Cálculo:



CA	37.456	2,88%
CP	1.300.000	

Fonte:

CA	CORRETIVO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS)	Relatório mensal de atividades
CP	CORRETIVO PRODUZIDO NO ANO (TONELADAS)	Mapas trimestrais de produção

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)

3. Denominação (nome do indicador): **Processos julgados em 1ª instância em relação aos autos de infração lavrados** (eficácia)

4. Finalidade do indicador: Avaliar a sequência do trabalho da fiscalização (após a ação no campo)

5. Índice inicial de referência: **0,91 (2008) = 0,60%**

6. Esperado em 2009: **0,95**

7. Padrão de desempenho:

Bom	acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,9
Ruim	abaixo de 0,6

Cálculo:

PJ	9	0,64
AI	14	

Fonte:

PJ	PROCESSOS JULGADOS EM 1ª INSTÂNCIA	Relatório mensal de atividades
AI	AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDOS	Relatório mensal de atividades

Os parâmetros utilizados no PI – FISFECOI foram disponibilizados pela Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (CEFIC) e baseiam-se em formulas próprias as quais tem parâmetros já definidos nacionalmente e demonstram entre outros fatores os índices de economicidade, eficiência e eficácia nas atividades desenvolvidas pela ação.

Em relação à **Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes** (economicidade), no Tocantins tivemos um índice muito inferior ao almejado nacionalmente, tendo um padrão de desempenho classificado como regular, na faixa entre 1,1 a 1,3 melhorando significativamente em relação ao ano anterior, que era de 1,68. Tal situação vem melhorando ano a ano em virtude do melhor planejamento na execução do plano operativo anual, pois todas as fiscalizações realizadas em 2009 tiveram custos compatíveis com os de outras áreas dentro do SEFAG.

Já para o **Custo apurado por fiscalização em relação ao programado** (eficiência) o serviço estar superior ao padrão de desempenho nacional, cujo resultado foi de 0,98 dentro da faixa de concito bom, sendo que realizamos 1,04% a mais que o planejado.

Quanto à EFICÁCIA tivemos dois parâmetros analisadas, a Fiscalização realizada em relação ao programado (eficácia) e Fiscalização realizada em estabelecimento produtor (eficácia), que como podemos notar nos quadros acima e no primeiro com um índice de 1,04 com índice bom, acima do 0,90 do índice nacional. Já para o segundo índice atingimos 1,00% dos estabelecimentos produtores fiscalizados inclusive alguns todos eles apontaram repetições, o que nos aponta para um desempenho superior nacional.

Quanto aos indicadores de Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual (eficácia) e a Corretivo amostrado em relação à produção anual (eficácia), estamos muito aquém do indicador nacional, que tem como meta 2,5% do volume produzido a mostrado, enquanto neste ano apenas conseguimos 0,28%, principalmente em função das pequenas quantidades dos lotes amostrados, mas para o próximo traçaremos estratégias diferentes com coleta de amostras em produtores rurais e cooperativas objetivando ao cumprimento de no mínimo do estabelecido nacionalmente.

Já para os corretivos que tem meta nacional de 4,0% conseguimos 2,88% um índice considerado regular. Lembramos que a maioria dos fertilizantes ofertados no estado é entregue diretamente ao produtor rural sem qualquer conhecimento da fiscalização para avaliação da qualidade destes insumos.

AÇÃO 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

TABELA – INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalizações Realizadas (Entidades + Produtos)	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009: $[(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100$ <p>- 14,7 %</p>	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2009 / FP2009) * 100$ <p>119,6 %</p>	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/ demandadas: $(FR2009 / FN2009) * 100$ <p>90,0 %</p>
Participação em Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009: $[(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100$ <p>3,06 %</p>	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2009 / PP2009) * 100$ <p>300,0%</p>	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/ demandadas: $(PR2009 / PN2009) * 100$ <p>100,0 %</p>

Os indicadores de desempenho apresentados têm sua importância na avaliação do esforço dispensado para consecução dos objetivos da ação.

Concernente à EFICIÊNCIA, a fiscalização foi realizada com um custo unitário inferior ao programado (-14,7%), porém, aumentou-se o número de fiscalizações, utilizando-se praticamente do mesmo valor total programado (+2%). Enquanto que os treinamentos tiveram um custo unitário 3,06% superior, o que é perfeitamente admissível, pois a diferença foi muito pequena em relação ao custo unitário programado.

No que tange à EFICÁCIA, o nº de fiscalizações realizadas foi 119,6% superior ao programado. Isso se explica pelo número de campos fiscalizados, que houve aumento na demanda devido às inscrições de produtores de outros Estados, aumentando o número de fiscalizações realizadas. Enquanto que o número de participações em eventos/treinamentos foi 3 vezes o programado, plenamente justificado devido à participação de 02 FFA's no Curso de Relatoria de Processos Administrativos, cuja programação foi feita pela CSM/DFIA.

No que tange à participação em eventos, como Reuniões, Dias-de-campo, etc, cuja participação ocorre conforme a demanda, para se ter um valor em programação para o próximo ano, os eventos passaram a ser programados de acordo com o número de FFA's e média de participação nos últimos anos.

Quanto à EFETIVIDADE, um dos indicadores mais importantes na avaliação da presente ação, é importante notar que as fiscalizações realizadas alcançaram cerca de 90,0% da demanda/necessidade, o que é tido como um bom desempenho. Enquanto que todos os FFA's que trabalham ou auxiliam na presente ação puderam participar de todos os eventos/treinamentos ocorridos no exercício 2009.

AÇÃO 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS

TABELA – INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização de Operadores em Aviação Agrícola e Agricultores Proprietários de Avião Agrícola	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009: $[\text{CUR2009} / \text{CUP2009}] \times 100 - 100$ $\{3.500,00/2.695,00\}$ $0,77\%$	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(\text{FR2009} / \text{FP2009}) \times 100$ $\{17/10\}$ $1,70\%$	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(\text{FR2009} / \text{FN2009}) \times 100$ $\{17/17\}$ $1,00\%$
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2009 $[\text{CUR2009} / \text{CUP2009}] \times 100 - 100$ $1,00$	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(\text{PR2009} / \text{PP2009}) \times 100$ $1,50$	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/demandadas: $(\text{PR2009} / \text{PN2009}) \times 100$ $0,75 \%$

Os indicadores de desempenho apresentados têm sua importância na avaliação do esforço dispensado para consecução dos objetivos da ação.

Concernente à EFICIÊNCIA, a fiscalização foi realizada com um custo unitário bem inferior ao programado (0,77%), tendo em vista que veio uma força tarefa (blitz) composta de fiscais federais agropecuários de Brasília e Goiás, cujos recursos foram descentralizados através do órgão central, o que diminuiu sensivelmente os custos. No que tange à EFICÁCIA, o nº de fiscalizações realizadas foi superior em 70% ao programado no SIPLAN. Isso se explica pela disponibilização de recursos e a vinda da força tarefa. Outro fator que contribui foi a realização de Curso de Coordenador em Aviação Agrícola, por parte de dois fiscais federais agropecuários.

Outra preocupação constante da fiscalização foi com a implantação de pátios de descontaminação dos resíduos oriundos da água lavagem de todos os equipamentos utilizados no processo além das embalagens vazias e as próprias aeronaves (tríplice lavagem aérea). Salientamos que este aspecto contribui sensivelmente com a melhoria do meio ambiente, pois degrada totalmente as moléculas de agrotóxicos através do processo denominado de ozonização e posteriormente por lixiviação e evaporação da água de lavagem nos tanque de solarização.

Para realização da 1ª Reunião Nacional de Aviação Agrícola no Tocantins, que teve a participação de 37 Fiscais Federais Agropecuários de varias unidades da federação além de um publico de cerca de 150 pessoas, compostas de Produtores Rurais, Técnicos ligados ao setor, Pilotos Agrícolas, Proprietários de Empresas de Aviação Agrícola, Ambientalistas, Ministério Publico Federal, Instrutores e Alunos do Aeroclube de Porto Nacional, foram gastos R \$ 29.500,00 (vinte nove mil e quinhentos reais) do PI FISCAGRIC1, para pagamento de despesas tais como, diárias, passagens aéreas, cerimonial do evento, materiais de divulgação (folders) e suprimento de fundos, entre as fontes 339014, 339036, 339030, 339039 e 339033. Este evento contou com adicional de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) do PI FISFECOI cujos gastos foram entre diárias, passagens aéreas e suprimento de fundos.

AÇÃO: 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO**TABELA – INDICADORES DE DESEMPENHO**

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Estabelecimentos Comerciantes	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2009 / CUP2009] x 100] – 100 9,01%	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $\frac{(FR2009 / FP2009) * 100}{101,78\%}$	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/ demandadas: $(FR2009 / FN2009) * 100$ 91,98 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2009 / CUP2009] x 100] – 100 0 %	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2009 / PP2009) * 100$ 0%	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/ demandadas: $(PR2009 / PN2009) * 100$ 100,0 %

Com base nos parâmetros acima descritos, podemos avaliar que as atividades de fiscalizações desenvolvidas no decorrer do ano de 2009 tiveram impactos positivos.

Com relação à **eficácia**, a fiscalização superou o nº de fiscalizações programadas, quando observamos a quantidade de autos de infração aplicados em função do numero de empresas autuadas observamos uma diminuição considerável, visto que 2007 cerca de 70% das empresas foram autuadas já em 2008 foram 43 % e 37 em 2009. Desta mesma forma pode ser comparado ao numero de produtos apreendidos, pois em 2007 quantificamos 5590 unidades e em 2008 apenas 1461 unidades já em 2009 apreendemos 3321 unidades. Desta forma com o trabalho executado por este Plano Interno efetivamente trouxe benefícios para a população do Estado do Tocantins teve acesso a produtos de melhor qualidade em conformidades com as normas estipuladas pela legislação em vigor.

A **eficiência** desta ação atingiu um índice de 9,01% em relação à programação de custos por fiscalização estabelecida em 2009 para fiscalização.

Quanto a treinamentos a servidores não foram disponibilizados nesta área e resumiram ao encontro nacional do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP, em Fortaleza CE. Quanto a aplicação de recursos em Julho foram retirados R\$ 1.425,00 reais para despesas da SFA-TO segundo dados do SIAFI que não faziam parte da programação orçamentária bem como foram autorizados pelo responsável pelo PI.

AÇÃO: 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL**TABELA – INDICADORES DE DESEMPENHO**

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Estabelecimento Produtor	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2009 / CUP2009] x 100] – 100 11,76 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $\frac{(FR2009 / FP2009) * 100}{50\%}$	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/ demandadas: $(FR2009 / FN2009) * 100$ 50 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2009 / CUP2009] x 100] – 100	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2009 / PP2009) * 100$	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/ demandadas: $(PR2009 / PN2009) * 100$ 100,0 %

Podemos avaliar que, apesar da pequena demanda no estado, as ações alcançaram as expectativas visto que os estabelecimentos que demandaram tais fiscalizações foram atendidos visando registro. Quanto aos três estabelecimentos de comércio de sêmen, não foram fiscalizados. Assim ficamos com efetividade de 50% após a vistoria e fiscalização de registro.

AÇÃO: 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS

TABELA 22 – INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização de Estabelecimentos	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2009 / CUP2009) x 100] – 100 0 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2009 / FP2009) * 100$ 0 %	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/ demandadas: (FR2009 / FN2009) * 100 0 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2009 / CUP2009) x 100] – 100	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2009 / PP2009) * 100$ 100%	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/ demandadas: (PR2009 / PN2009) * 100 100 %

Nesta ação, como não temos metas estabelecidas a cumprir, pois ainda não existe no estado nenhum local destinado à exportação, tais como Porto Seco, Aeroporto Internacional ou Estação Aduaneira e nenhuma empresa registrada para fazer os tratamentos fitossanitários necessários para internacionalização das mercadorias, nem estabelecimentos produtores destes insumos, por isso não temos como medir os indicadores de desempenho. Como dito anteriormente foram realizadas 15 fiscalizações em estabelecimentos comerciais em conjunto com a ADAPEC.

SEDESA-SERVIÇO DE DEFESA AGROPECUARIA

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O desempenho do agronegócio está ligado ao vários e diferentes fatores, dentre eles a utilização de tecnologias, sendo um dos mais importantes a sanidade agropecuária no qual se insere a defesa agropecuária, peça fundamental, tanto para a segurança alimentar da população e dos animais, quanto para a proteção comercial no que concerne a insumos e produtos de origem agropecuária, devendo-se levar em consideração a garantia da produtividade e a proteção do meio ambiente, elementos essenciais para competitividade e a redução de barreiras comerciais.

Dessa forma, o Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA-SFA-TO) tem como **estratégias de atuação** as atividades relativas à vigilância, prevenção, profilaxia e controle de doenças e combate às pragas em animais e vegetais, além de supervisionar as ações executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC-TO), órgão executor da Sanidade Animal e Vegetal do Estado, via convênios e parcerias, ou de acordo com o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

2. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.1. Programas

O SEDESA tem sob sua responsabilidade 07 (sete) Ações dentro do **Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária**, sendo 03 (três) Ações relativas à Defesa Sanitária Animal, 03 (três) ações relativas à Defesa Sanitária Vegetal e (01) uma Ação relacionada à Educação Sanitária, além de uma ação referente ao **Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e bebidas**, que trata da Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN), sendo, na Defesa Animal, responsável pelas seguintes ações:

- Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOSA);
- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL);
- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos (VIGIZOO).

No que se refere à defesa Vegetal, o SEDESA é responsável pelas seguintes Ações:

- Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA);
- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL);
- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO).

Sob responsabilidade do SEDESA está a Ação da Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROMOEDUC), inerente ao Setor Agropecuário, ou seja, às áreas animal e vegetal, ficando ainda a seu cargo a Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN).

A Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL) executa os programas sanitários relacionados na Tabela a seguir:

AÇÃO: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS (PCEANIMAL)
PROGRAMAS
Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose (PNCEBT)
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (PNCRH)
Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)
Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA)
Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE)
Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO)
Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos (PNSAA).

A Ação *Erradicação da Febre Aftosa* (FEBREAFTOSA) executa um dos mais importantes programas sanitários para o País, o PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA (PNEFA)

As atividades desenvolvidas pelo SEDESA/DT/SFA-TO e pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TO, relacionadas aos programas e ações acima citados, bem como os seus resultados estão especificados a seguir:

2.1.1. PROGRAMA DE SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA (CÓDIGO 0357)

2.1.1.1. DADOS GERAIS

TABELA 1 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA DE SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA

TIPO DE PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Problema	Risco de introdução e disseminação de pragas e doenças na produção agrícola e na pecuária.
Objetivo geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivo Setorial	Garantir a segurança alimentar
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

2.1.1.2. Gestão das ações

2.1.1.2.1. AÇÃO 4738 - ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA (ERRADMOSCA1)

2.1.1.2.1.1. Dados gerais

TABELA 2 – DADOS GERAIS DO PL (PLANO INTERNO) DE ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA (ERRADMOSCA)

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da " <i>Bactrocera carambolae</i> " e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-TO). A ação também poderá contar com execução descentralizada, com a celebração de acordos com os estados de maior risco de foco da mosca da carambola, por intermédio dos órgãos executores de defesa fitossanitária.
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Responsável pela ação no nível local	Fernando Azevedo de Freitas

TABELA 3A – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO DE ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA (ERRADMOSCA1)

SEDESA							
PROGRAMA		SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA					
AÇÃO 4738		ERRADMOSCA					
		METAS FINANCEIRAS			METAS FISICAS		
NATUREZA DA DESPESA	PROGR	EXEC	%	PROGR	EXEC	%	
DIARIAS	1.500,00	1.306,24	87,08%	30,00	26,00	86,67%	
PASSAGENS				30,00	26,00	86,67%	
CONSUMO	1.500,00	1.014,81	67,65%			#DIV/0!	
SERVIÇOS (PJ)	500,00	30,00	6,00%			#DIV/0!	
SERVIÇOS (PF)						#DIV/0!	
SUB-TOTAIS	3.500,00	2.351,05	67,17%	HECTARES SUPERVISIONADOS			
META	PREVISÃO (área controlada em hectares)		EXECUÇÃO (área controlada em hectares)		EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)		
Física	27.762.091		27.762.091		100		

Fonte: SIPLAN - 2009

2.1.1.2.1.2. Resultados obtidos na Ação de Erradicação da Mosca da Carambola

O Estado do Tocantins é considerado área de médio risco para a mosca da carambola, *Bactrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), o que faz necessária a instalação de, no mínimo, 30 armadilhas no estado, especificamente, nos pontos de entrada considerados de risco.

De acordo levantamentos realizados pela Agência de Defesa Agropecuária no estado do Tocantins, com a supervisão do Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins (SEDESA/DT/SFA-TO), até o momento, nenhum exemplar foi coletado, caracterizando a ausência da praga no estado do Tocantins.

2.1.1.2.1.3. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI ERRADMOSCA

2.1.1.2.1.3.1. AÇÃO: 4738 - ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA (ERRADMOSCA)

2.1.1.2.1.3.1.1 Indicadores de Desempenho – Fórmula de cálculo / Método de Aferição

O monitoramento propiciou ao estado do Tocantins a classificação de zona livre da praga *B. carambolae* (mosca da carambola), havendo esta ação apresentado resultados significativos, uma vez que, das 30 armadilha previstas para serem supervisionadas, 26 foram devidamente monitoradas, conforme registrado na Tabela a seguir, demonstrando os Indicadores de Desempenho para a Ação:

Tabela 5 – Indicadores de Desempenho do PI ERRADMOSCA relativo à atividade de supervisão técnica (hectares supervisionados)

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Armadilhas supervisionados por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº armadilhas supervisionadas}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por armadilha supervisionada e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2009	$CUR = (CR2009 / ArSR2009)$ $CUP = (CP2009 / ArSP2009)$ $IEc = [(CUR2009/ CUP2009) \times 100] - 100 (\%)$ 333333 Onde: CUR= custo unitário realizado, CUP= custo unitário programado, CR=custo realizado, CP=custo programado, ArSR= armadilha supervisionada realizada, ArSP= armadilha supervisionada programada e IEc= índice de economicidade
Eficácia	Relação entre nº de armadilhas supervisionadas e nº de armadilhas programadas para serem supervision. (%)	$IEfic = \frac{\text{Nº armadilhas supervisionadas} \times 100}{\text{Nº armadilhas programadas para serem supervisionadas}}$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Área Livre ou Indene	Manutenção de área livre ou indene de mosca da carambola, <i>Bactrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae).

2.1.1.2.1.3.1.2 Resultados obtidos no PI ERRADMOSCA relativos à ação de Supervisão Técnica (armadilhas supervisionadas)

A) EFICIÊNCIA

A.1) INDICADORES DE DESEMPENHO	
FORMULAS	RESULTADOS
IND. DE PRODUTIVIDADE = ARM.SUPERV/FISCAIS ENVOLVIDOS	26/1= 26/FISCAL
CUSTO UNIT.PROGRAMADO = CUSTO PROGR/ARMADILHAS PROGRAMADAS	R\$ 116,67
CUSTO UNIT. REALIZADO = CUSTO REALIZADO/ARMADILHAS REALIZADAS	R\$ 90,42
IND. ECONOMIDADE=	22,50%
IND. DE EFICACIA= 26*100/30	86,67%
EFETIVIDADE DA AÇÃO	
A efetividade é um indicador qualitativo que pode ser compreendido pela ausência da coleta de indivíduos de <i>B. carambolae</i> (mosca da carambola), o que leva o estado do Tocantins a ser reconhecido como área livre ou indene da praga em questão. Como benefícios gerados, a partir dessa condição (ausência da praga), pode-se citar a ausência de danos econômicos nas culturas que são hospedeiras da mosca da carambola, bem como possibilitar o trânsito e comércio entre as diferentes Unidades da Federação sem sofrer embargos ou restrições fitossanitárias.	

2.1.1.2.1.3.1.1. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos

Em que pesem os resultados alcançados não atenderem às expectativas, entendemos que o principal motivo para esta situação é o insuficiente número de fiscais lotados na Unidade Gestora, razão pela sugerimos a disponibilização de um maior número de servidores para atender às crescentes demandas pelos trabalhos afetos à SFA/TO.

2.1.1.2.2. AÇÃO 8572: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS (PCEVEGETAL)

2.1.1.2.2.1. Dados gerais

TABELA 6 - DADOS GERAIS DA AÇÃO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS (PCEVEGETAL)

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa fitossanitária; ou direta realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação através dos Serviços de Defesa Agropecuária - SEDESA.
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Responsável pela ação no nível local	Fernando Azevedo de Freitas

Tabela 7a – Metas e resultados da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais relativas às ações de Supervisão Técnica (hectares supervisionados).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 15.458,24	R\$ 10.060,99	65,08%
Física	14.750 ha	68.848,60 ha	466,77%

Fonte: SIAFI-2009 e relatórios de viagem.

Tabela 7b – Metas e resultados da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais realizados pelo SEDESA – TO relativas às ações de capacitação e encontros/reuniões técnicas.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 25.120,58	R\$ 20.246,65	80,60%
Física	6 capac.	6 capac.	100 %

Fonte: SIAFI-2009 e relatórios de viagem.

Tabela 8 - Metas e resultados da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais realizados pelo OEDSV (ADAPEC)

META	PREVISÃO (área controlada em hectares)	EXECUÇÃO (área controlada em hectares)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	40.000	40.000	100%

Fonte: SIPLAN - 2009

Tabela 9a – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PCEVEGETAL relativas à supervisão técnica (hectares supervisionados)

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISTA (R\$)	RECEBIDA (R\$)	REALIZADO (R\$)
3390.14	Diária	8.148,24	8,148,24	7.703,60
3390.30	Material de Consumo	5.200,00	5.200,00	2.077,39
3390.39	Serviços de terceiros	2.110,00	2.110,00	280,00
	Total	15.458,24	15.458,24	10.060,99

Fonte: SIAFI – 2009

Tabela 9b – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PCEVEGETAL relativas às reuniões/capacitações/encontros técnicos.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	8.010,58	8.010,58	8.010,58
3390.33	Passagens	15.220,00	15.220,00	10.346,07
3390.39	Serviços de terceiros	1.890,00	1.890,00	1.890,00
	Total	25.120,58	25.120,58	20.246,65

2.1.1.2.2.2. RESULTADOS OBTIDOS NA AÇÃO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

Dentre as competências regimentais do MAPA, foram efetivados trabalho de Supervisão das ações de defesa

Neste PI (ação) foram desenvolvidas atividades relativas às atividades executadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) que é Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), havendo sido supervisionada, por amostragem, a área correspondente a 68.848,60 há.

No que refere à participação de Fiscais Federais Agropecuários – Engenheiros Agrônomos em atividades de capacitações, encontros e reuniões técnicas, a Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Tocantins, os resultados estão expressados na Tabela a seguir:

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO, ENCONTROS E REUNIÕES TÉCNICAS	
EVENTO	Nº DE FFA
V CONGRESSO BRASILEIRO DE SOJA	02
REUNIÃO CONSÓRCIO ANTI-FERRUGEM-SAFRA 2008-2009	01
VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO	01
REUNIÃO NACIONAL SOBRE SANIDADE VEGETAL	01
XIII ENFIT-ENCONTRO NACIONAL DE SANITARISTAS	02
I ENCONTRO DE RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE CONVENIOS DA SDA /MAPA	02

Com a finalidade de apoiar a manutenção do Sistema Unificado de Atenção à sanidade Vegetal, foi celebrado um convênio entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Concedente) e a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (ADAPEC), tendo objetivo a prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais

2.1.1.2.2.3 – DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI PCEVEGETAL

2.1.1.2.2.3.1. Atividade de Supervisão técnica (hectares supervisionados)

2.1.1.2.2.3.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de cálculo / Método de Aferição

Tabela 10 – Indicadores de Desempenho do PI PCEVEGETAL relativo à atividade de supervisão técnica (hectares supervisionados)

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Hectares supervisionados por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Área supervisionada (ha)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por área supervisionada e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = (CR2009 / ASR2009)$ $CUP = (CP2009 / ASP2009)$ $IEc = [(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário realizado, CUP= custo unitário programado, CR=custo realizado, CP=custo programado, ASR=área supervisionada realizada, ASP= área supervisionada programada e IEc= índice de economicidade
Eficácia	Relação entre área supervisionada programada e a realizada (%)	$IEfic = \frac{\text{Área supervisionada realizada (ha)}}{\text{Área supervisionada programada (ha)}} \times 100$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Área Prevenida ou Controlada	Área prevenida ou controlada de pragas quarentenárias e/ou de importância econômica

2.1.1.2.3.1.2. Resultados obtidos no PI PCEVEGETAL relativos à ação de Supervisão Técnica (hectares supervisionados)

Nas Tabelas a seguir estão demonstrados os Indicadores de Desempenho para a ação:

INDICE DE EFICIENCIA	
<p>a) Eficiência</p> <p>a.1) Indicador de Produtividade</p> <p>Conforme já descrito, anteriormente na Tabela 5a, foram supervisionados 68.848,60 ha.</p> <p>Neste PI há um Responsável Técnico (RT) que participou de todas as supervisões realizadas, além de outro FFA que participou, também, de parte das supervisões realizadas pelo SEDESA – Área Vegetal, nas ações relativas ao PI PCEVEGETAL.</p> <p>Consequente, o cálculo do indicador de produtividade foi realizado conforme demonstrado abaixo:</p> <p><u>Dados:</u></p> <p>- FFA₁ (RT)= supervisionou 68.848,6 ha de 68.848,60 ha supervisionados em 2009 $\therefore \Rightarrow IP_{FFA1} = 68.848,60 \text{ ha}$</p> <p>- FFA₂= supervisionou 45.017,96 ha de 68.848,60 ha supervisionados em 2009 $\therefore \Rightarrow IP_{FFA2} = 45.017,96 \text{ ha}$</p> <p>Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos:</p> $IP_{\text{médio}} = \frac{[(IP_{FFA1}) + [(IP_{FFA2})]]}{[n]}$ $IP_{\text{médio}} = \frac{[(68.848,60)] + [(45.017,96)]}{[2]}$ $\therefore IP_{\text{médio}} = 56.933,28 \text{ ha supervisionados / FFA}$	
INDICE DE ECONOMICIDADE	
<p>a.2) Indicador de Economicidade</p> <p><u>Dados:</u></p> <p>Custo realizado em 2009 $\Rightarrow CR_{2009} = R\\$ 10.060,99$ Custo programado para 2009 $\Rightarrow CP_{2009} = R\\$ 15.458,24$ Área supervisionada realizada $\Rightarrow ASR = 68.848,6 \text{ ha}$ Área supervisionada programada $\Rightarrow ASP = 14.750 \text{ ha}$</p> <p>-Custo unitário realizado $\Rightarrow CUR = (CR_{2009} / ASR_{2009})$ $CUR = (R\\$ 10.060,99 : 68.848,6 \text{ ha}) = \text{R\\$ } 0,15/ \text{ ha}$</p> <p>-Custo unitário programado $\Rightarrow CUP = (CP_{2009} / ASP_{2009})$ $CUP = (R\\$ 15.458,24 : 14.750 \text{ ha}) = \text{R\\$ } 1,05/ \text{ ha}$ $IEc = [(CUR_{2009} / CUP_{2009}) \times 100] - 100$ $IEc = [(0,15 / 1,05) \times 100] - 100$ Logo o indicador de Economicidade foi de: $IEc = -85,71\%$</p>	
<p>a) Eficácia</p> <p><u>Dados:</u></p> <p>Área supervisionada programada $\Rightarrow (ASP) = 14.750 \text{ ha}$ Área supervisionada realizada $\Rightarrow (ASR) = 68.848,60 \text{ ha}$</p> <p>$IEfic = \frac{\text{Área supervisionada realizada (ha)}}{\text{Área supervisionada programada (ha)}} \times 100$</p> <p>$IEfic = \frac{68.848,6}{14.750} \times 100$</p> <p>Logo o indicador de Eficácia foi de: $IEfic = 466,77\%$</p>	
<p>4- Índice de Efetividade</p> <p>A efetividade da ação pode ser compreendida pelo quanto as ações de defesa vegetal (área prevenida e ou controlada de pragas) estão protegendo as lavouras e pomares de pragas quarentenárias e de importância econômica de modo a incrementar a produção e facilitar a abertura de mercado para os produtos da agricultura tocantinense.</p> <p>A área prevenida refere-se às ações de defesa vegetal em evitar a entrada de uma praga quarentenária ainda não presente em determinada UF (Unidade da Federação), enquanto a área controlada refere-se às ações de defesa vegetal em manejar as pragas já presentes no estado de modo a retardar ou evitar ao máximo a ação economicamente prejudicial dessas pragas.</p>	

2.1.1.2.2.3.1.3. AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSOS E/OU INSUCESSOS.

Os resultados foram bastante convincentes, uma vez que foi obtido um índice de produtividade em torno de 57.000 ha/FFA, com índice de economicidade negativo, indicando que o custo destas supervisões foi 85,71% menor em comparação ao programado, o que corrobora com uma melhor utilização dos recursos públicos para a consecução das atividades propostas.

Além disso, os resultados obtidos, referentes às metas físicas, foram muito expressivos, uma vez que a área supervisionada foi maior que a programada, levando a um índice de Eficácia de 466,77%. Vale salientar que este índice foi muito expressivo, pois foi dada atenção especial à cultura da soja, no monitoramento da ferrugem asiática. Dessa forma, como a maioria das lavouras de soja apresenta grandes extensões de áreas, isso corroborou de forma significativa para alcançarmos um elevado valor de área supervisionada.

Com relação à efetividade, as ações de prevenção e controle de pragas, trazem como benefícios, à agricultura tocaninense, a redução de perdas econômicas causadas por insetos e doenças, bem como, possibilitar a abertura de novos mercados para aquelas culturas/fruteiras que se encontram livres de pragas quarentenárias que são consideradas restritivas ao comércio.

2.1.1.2.2.3.2.3. AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSOS E/OU INSUCESSOS.

Os resultados foram satisfatórios, uma vez que foram capacitados servidores para melhor desempenho de atividades sob responsabilidade da Unidade Gestora, demonstrando apresentando um índice de produtividade de 4,5 eventos/utilização dos recursos públicos, uma vez que a SFA/TO participou de todos os eventos programados no sentido de suprir os profissionais de maiores conhecimentos técnicos para exercer as suas funções.

2.1.1.2.2.3.3. Atividade de Celebração de Convênios na Área de Defesa Vegetal.

2.1.1.2.2.3.3.1. Indicadores de Desempenho

Não foram calculados, haja vista que as ações previstas no Convênio estão sendo desempenhadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC) e pelo fato do convênio ainda estar em vigência. Portanto, não há ainda o relatório técnico e financeiro conclusivo e, conseqüentemente, ainda não foi realizada a prestação de contas do convênio em questão.

2.1.1.2.3. Ação 2180: VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS (VIGIFITO1)

2.1.1.2.3.1. Dados gerais

Tabela 12 - Dados Gerais da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO1).

TIPO	INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-TO). Por meio da celebração de convênios com os órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infra-estrutura física como contrapartida.
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Responsável pela ação no nível local	João Carneiro Correia

Tabela 13a – Metas e resultados alcançados no PI VIGIFITO1 realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de Supervisão do Controle do Trânsito de Vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 10.850,11	R\$ 6.273,34	57,82%
Física	18 barreiras supervisionadas	18 barreiras supervisionadas	100%

Fonte: SIAFI-2009 e relatórios de viagem.

Tabela 13b – Metas e resultados da Ação de Celebração de Convênios, na área de defesa vegetal, no PI VIGIFITO1.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	100%
Física	01 convênio celebrado	01 convênio celebrado	100 %

Fonte: SIAFI-2009.

Tabela 14 - Metas e resultados Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO1) realizados pelo OEDSV (ADAPEC) (Fiscalizações realizadas)

META	PREVISÃO (fisc. realizada)	EXECUÇÃO (fisc. realizada)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	5.835	15.742	269,79

Fonte: SIPLAN – 2009

Tabela 15a – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do VIGIFITO1 relativo à ação de Fiscalização do controle do trânsito de vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISTA (R\$)	RECEBIDA (R\$)	REALIZADO (R\$)
3390.14	Diária	4.720,00	4.720,00	4.171,90
3390.30	Material de Consumo	3.705,11	3.705,11	1.436,44
339093	Indenizações e restituições	600,00	600,00	600,00
3390.39	Serviços de terceiros	1.825,00	1.825,00	65,00
	Total	10.850,11	10.850,11	6.273,34

Fonte: SIAFI - 2009

2.1.1.2.3.2. Resultados obtidos na Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO1)

No que concerne à fiscalização das barreiras fixas da ADAPEC foram realizadas no ano supervisões do controle do trânsito de vegetais em 18 barreiras fixas distribuídas por todo o estado, havendo sido verificados os seguintes parâmetros: infra-estrutura (estrutura física dos escritórios, frota de veículos, equipamentos de informática, de escritório e etc), quadro de funcionários, escala de horários e funcionamento, arquivo sobre legislação federal e estadual versando sobre

o trânsito de vegetais, principais produtos vegetais fiscalizados, principais problemas fitossanitários constatados, arquivo documental, além de prestar orientações gerais para melhor atuação dos responsáveis pela fiscalização nas barreiras.

2.1.1.2.3.3. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI VIGIFITO1

2.1.1.2.3.3.1. Atividade de Supervisão do Controle do Trânsito de Vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

2.1.1.2.3.3.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de Cálculo/ Método de aferição

Tabela – Indicadores de Desempenho do PI VIGIFITO1 relativo à atividade de supervisão do controle do trânsito de vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
Eficiência (Produtividade)	Barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº barreiras supervisionadas}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por barreira supervisionada e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = (\text{CR2009} / \text{BSR2009})$ $CUP = (\text{CP2009} / \text{BSP2009})$ $IEc = [(\text{CUR2009} / \text{CUP2009}) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário realizado por barreira supervisionada, CUP= custo unitário programado por barreira supervisionada, CR=custo realizado, CP=custo programado, BSR= barreira supervisionada realizada, BSP= barreira supervisionada programada e IEc= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre barreira supervisionada programada e a realizada (%)	$IEfic = \frac{\text{BSR}}{\text{BSP}} \times 100$ Onde: BSR= barreira supervisionada realizada (unidades), BSP= barreira supervisionada programada (unidades) e IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Trânsito e Certificação de Vegetais	Trânsito e Certificação de Vegetais isentos de pragas de importância econômica e quarentenária

2.1.1.2.3.3.1.2. Resultados obtidos no PI VIGIFITO1 relativo à ação de supervisão do controle do trânsito de vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

As formas e demonstrativos de cálculos dos Índices inerentes aos indicadores de Desempenho estão nas Tabelas a seguir:

ÍNDICE DE EFICIENCIA	
<p>a) Eficiência</p> <p>a.1) Indicador de Produtividade</p> <p><u>Dados:</u></p> <p>- FFA₁ (RT)= supervisionou 18 barreiras de 18 barreiras supervisionadas em 2009 $IPr_{FFA1} = \frac{\text{Nº barreiras supervisionadas (unid.)}}{\text{FFA envolvido} = \text{FFA}_1} \rightarrow IPr_{FFA1} = \frac{18}{01} = 18 \text{ barreiras/FFA}_1$</p> <p>- FFA₂= supervisionou 14 (oito) barreiras de 18 barreiras supervisionadas em 2009 $IPr_{FFA2} = \frac{\text{Nº barreiras supervisionadas (unid.)}}{\text{FFA envolvido} = \text{FFA}_2} \rightarrow IPr_{FFA2} = \frac{14}{01} = 14 \text{ barreiras/FFA}_2$</p> <p>Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos: $\therefore IPr_{\text{médio}} = \frac{IPr(\text{FFA}_1) + IPr(\text{FFA}_2)}{02} = \frac{18 + 14}{02} = 16 \text{ barreiras supervisionadas / FFA}$</p>	
INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
<p>a.2) Indicador de Economicidade</p> <p><u>Dados:</u></p> <p>Custo realizado em 2009 \Rightarrow CR2009= R\$ 6.273,34 Custo programado para 2009 \Rightarrow CP2009= R\$ 10.850,11 Nº de barreiras supervisionadas realizada \Rightarrow BSR= 18 Nº de barreiras supervisionadas previstas \Rightarrow BSP= 18</p>	

<p>-Custo unitário realizado \Rightarrow CUR = (CR2009 / BSR2009) CUR= (R\$ 6.273,34 / 18 barreiras) = R\$ 348,52/ barreira -Custo unitário programado \Rightarrow CUP= (CP2009 / ASP2009) CUP= (R\$ 10.850,11 / 18) = R\$ 602,78/ barreira $IEc = [(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100$ $IEc = [(348,52/ 602,78) \times 100] - 100$ Logo o indicador de Economicidade foi de: IEc= -42,18%</p>
<p align="center">ÍNDICE DE EFICÁCIA</p> <p align="center">b) Eficácia</p> <p align="center"><u>Dados:</u></p> <p align="center">Nº de barreiras supervisionadas programadas \Rightarrow (BSP)= 18 Nº de barreiras supervisionadas realizadas \Rightarrow (BSR)= 18 $IEfic = \frac{BSR}{BSP} \times 100$ $IEfic = \frac{18}{18} \times 100$ Logo o indicador de Eficácia foi de: IEfic= 100%</p>
<p align="center">ÍNDICE DE EFETIVIDADE</p> <p>A Fiscalização do transito de produtos agropecuários propiciou a manutenção do Status do Estado, uma vez que a os trabalhos executados impediram a introdução de novas pragas quarentenárias ou de importância econômica, trazendo benefícios à sociedade local e ao agronegócio brasileiro, representando este fato a EFETIVIDADE esperada em razão dos significativos investimentos feitos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com esta finalidade.</p>

AValiação do resultado, indicando as causas de sucessos e/ou insucessos.

Os resultados foram expressivos, uma vez que foi obtido um índice de produtividade médio de 16 barreiras supervisionadas por FFA do SEDESA – Área Vegetal, com índice de economicidade negativo, indicando que o custo destas supervisões foi 42,18% menor em comparação ao programado, atestando a boa e regular utilização dos recursos públicos. No que se refere ao Índice de Eficácia, alcançamos o índice de 100%, garantindo a EFETIVIDADE das ações na manutenção do Status zoofitossanitário do Estado do Tocantins.

2.1.1.2.4. AÇÃO 8654: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA (PROMOEDUC)

2.1.1.2.4.1. Dados gerais

TABELA 17 - DADOS GERAIS DA AÇÃO DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA (PROMOEDUC)

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Promover atuação contínua junto aos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade, no sentido de se obter comportamento adequado, quanto às normas e procedimentos referentes à saúde animal, à sanidade vegetal e à segurança e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.
Descrição	Execução de atividades educativo-sanitárias em defesa agropecuária, em comunidades ou regiões; capacitação dos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade (associações, sindicatos, professores, consumidores e outros) em temas relacionados à defesa agropecuária; e capacitação dos profissionais dos serviços oficiais em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Atuação eventual junto à instituições governamentais e não-governamentais e outras entidades, quando se identificar que as mesmas são importantes para o cumprimento da finalidade desta ação.
Unidade responsável	Gabinete – GAB / SDA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Será executada principalmente pelos serviços oficiais estaduais de defesa agropecuária, por intermédio de convênios e parcerias, ou diretamente pelas Superintendências Federais de Agricultura nos estados, a partir de diretrizes estabelecidas pelo MAPA.
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Bicalho Schlottfeldt
Responsável pela execução da ação no nível local	João Carneiro Correia

2.1.1.2.4.2. Resultados obtidos na Ação de Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

Devido à indisponibilidade de recursos, o programa não foi executado durante o exercício de 2009,

2.1.2. PROGRAMA SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS (CÓDIGO 0356)

A principal ação deste programa relativa à Defesa Vegetal e sob gestão deste SEDESA/DT/SFA-TO é:

- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN);

2.1.2.2. Gestão das ações

2.1.2.2.1. AÇÃO 4745 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

2.1.2.2.1.1. Dados gerais

Dados Gerais da Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável	Coordenação de Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados – CBIO / SDA
Unidades Executoras	-Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins (SFA-TO)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-TO) e Serão envolvidos os demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho
Responsável pela ação no nível local	Fernando de Azevedo Freitas

Tabela 22a – Metas e resultados alcançados no PI FISCORGEN realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de Fiscalização de Atividades de Pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados (Experimentos Fiscalizados)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 7.285,68	R\$ 6.320,51	86,75
Física	08	08	100%

Fonte: SIAFI-2009 e relatórios de viagem.

Metas e resultados alcançados no PI FISCORGEN relativo à ação Fiscalização de lavouras de milho e algodão quanto o cultivo ou não de plantas transgênicas no Estado do Tocantins (Propriedades Fiscalizadas)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 7.369,76	R\$ 3.720,86	50,49%
Física	07	07	100%

METAS E RESULTADOS ALCANÇADOS NO PI FISCORGEN RELATIVO À AÇÃO DE REUNIÃO TÉCNICA.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 3.364,56	R\$ 3.036,63	90,25%
Física	01 reunião técnica	01 reunião técnica	100%

Fonte: SIAFI-2009 e relatórios de viagem.

Tabela 23a – Despesas realizadas, pelo SEDESA – TO, para consecução das ações do PI FISCORGEN relativas à ação de Fiscalização de Atividades de Pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados (Experimentos Fiscalizados)

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISTA (R\$)	RECEBIDA (R\$)	REALIZADO (R\$)
3390.14	Diária	1.785,68	1.785,68	1.785,68
3390.33	Passagens	5.500,00	5.500,00	4.534,83
	Total	7.285,68	7.285,68	6.320,51

Fonte: SIAFI – 2009 e relatórios de viagem.

Tabela 23b – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PI FISCORGEN relativa à ação de Fiscalização de lavouras de milho e algodão, quanto o cultivo ou não de plantas transgênicas, no Estado do Tocantins (Propriedades Fiscalizadas)

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	3.812,26	3.812,26	2.979,50
3390.30	Material de consumo	2.337,50	2.337,50	671,36
3390.39	Serviços de terceiros	1.220,00	1.220,00	70,00
	Total	7.369,76	7.369,76	3.720,86

Fonte: SIAFI – 2009 e relatórios de viagem

DESPESAS REALIZADAS NO PI FISCORGEN PARA A PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO TÉCNICA

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	614,56	614,56	614,56
3390.33	Passagens	2.750,00	2.750,00	2.422,07
	Total	3.364,56	3.364,56	3.036,63

RESULTADOS OBTIDOS NA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Em outros estados, com o objetivo de capacitar os Fiscais do MAPA localizados no Tocantins, foram fiscalizados 08 (oito) experimentos com OGM e fiscalizadas lavouras de milho e algodão, além da participação em uma Reunião Técnica com os mesmos objetivos.

DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI FISCORGEN

2.1.2.2.1.3.1. Ação de Fiscalização de Atividades de Pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados (Experimentos Fiscalizados).

2.1.2.2.1.3.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de cálculo/ Método de aferição

Indicadores de Desempenho do PI FISCORGEN relativo à ação de fiscalização de atividades de pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados (Experimentos Fiscalizados).

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
Eficiência (Produtividade)	Nº de experimentos fiscalizados por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº experimentos (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião técnica realizada/FFA e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2009	$CUR = \frac{(CR2009 / EFR2009)}{(\text{Nº FFA envolvidos})}$ $CUP = \frac{(CP2009 / EFP2009)}{(\text{Nº FFA programados})}$ $IEc = [(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário por reunião técnica realizada, CUP= custo unitário por reunião técnica programada, CR=custo realizado, CP=custo programado, EFR= experimento fiscalizado realizado, EFP= experimento fiscalizado programado e IEc= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre experimentos fiscalizados realizados e programados (%)	$IEfic = \frac{\text{Nº exp. fisc. realizadas}}{\text{Nº de exp. fisc. programados}} \times 100$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Atendimento às normas de biossegurança estabelecidas pela CTNBio	Experimentos conduzidos sem a ocorrência de efeitos adversos ao meio ambiente e/ou à saúde humana e/ou animal, pelo atendimento às normas de biossegurança estabelecidas pela CTNBio.

Resultados obtidos no PI FISCORGEN nas ações de Fiscalização de Atividades de Pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados

Os indicadores de Desempenho estão especificados nas Tabelas a seguir:

INDICE DE EFICIENCIA
<p>a) Eficiência</p> <p>a.1) Indicador de Produtividade</p> <p><u>Dados:</u></p> <p>- FFA₁ (RT)= fiscalizou 08 experimentos de 08 experimentos programados; $IPr_{FFA1} = \frac{\text{Nº experimentos fisc. (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA1} = \frac{08}{01} = 08 \text{ exp. fisc./FFA}_1$</p> <p>- FFA₂= fiscalizou 05 experimentos de 08 experimentos programados; $IPr_{FFA2} = \frac{\text{Nº experimentos fisc. (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA2} = \frac{05}{01} = 05 \text{ exp. fisc./FFA}_2$</p> <p>Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos: $IPr_{\text{medio}} = \frac{IPr(FFA_1) + IPr(FFA_2)}{2} = \frac{08 + 05}{2} = 6,5 \text{ experimentos fiscalizados/ FFA}$</p>
INDICADOR DE ECONOMICIDADE
<p><u>Dados:</u></p> <p>- FFA₁ (RT)= participou de 08 fiscalizações;</p> <p>- FFA₂= participou de 05 fiscalizações;</p> <p>$CUR = \frac{(CR2009 / EFR2009)}{(\text{Nº FFA envolvidos})}$</p>

Desdobrando a fórmula acima, para cada um dos dois FFAs do SEDESA – Área Vegetal temos:

$$CUR_{FFA1} = \frac{(R\$ 4.103,90 / 08)}{FFA_1} = R\$ 512,99 / \text{fiscalização realizada pelo FFA}_1$$

$$CUR_{FFA2} = \frac{(R\$ 2.216,61 / 05)}{FFA_2} = R\$ 443,32 / \text{fiscalização realizada pelo FFA}_2$$

$$CUP_{FFA1} = \frac{(R\$ 4.924,86 / 08)}{FFA_1} = R\$ 615,60 / \text{Evento programado para o FFA}_1$$

$$CUP_{FFA2} = \frac{(R\$ 2.360,82 / 05)}{FFA_2} = R\$ 472,16 / \text{Evento programado para o FFA}_2$$

-Tirando uma média de cada um dos parâmetros acima temos:

$$CUR_{\text{médio}} = \frac{CUR_{FFA1} + CUR_{FFA2}}{02} = \frac{R\$ 512,99 + 443,32}{02} =$$

$$\therefore CUR_{\text{médio}} = R\$ 478,15 / \text{fiscalização realizada por FFA}$$

$$CUP_{\text{médio}} = \frac{CUP_{FFA1} + CUP_{FFA2}}{02} = \frac{R\$ 615,60 + 472,16}{02} =$$

$$\therefore CUP_{\text{médio}} = R\$ 543,88 / \text{fiscalização programada por FFA}$$

- De posse dos resultados acima podemos obter o índice de Economicidade pela seguinte fórmula:

$$IEc = [(CUR_{2009} / CUP_{2009}) \times 100] - 100 \rightarrow [(R\$ 478,15 / 543,88) \times 100] - 100 =$$

$$\therefore IEc = -12,08\%$$

ÍNDICE DE EFICÁCIA

$$IEfic = \frac{N^{\circ} \text{ exp. fisc. realizadas}}{N^{\circ} \text{ de exp. fisc. programados}} \times 100$$

$$IEfic (\%) = \frac{08}{08} \times 100$$

$$\text{Logo o indicador de Eficácia foi de: } IEfic = 100\%$$

EFETIVIDADE

A efetividade da ação pode ser demonstrada de maneira qualitativa, pelo fato da fiscalização constatar que os experimentos foram conduzidos de acordo com as normas de biossegurança estabelecidas pela CTNBio (Comitê Técnico Nacional de Biossegurança), evitando a realização de experimentos com a ocorrência de efeitos adversos ao meio ambiente e/ou à saúde humana e/ou animal.

2.1.2.2.1.3.1.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Os resultados foram expressivos, uma vez que foi obtido um índice de produtividade em torno de 6,5 experimentos fiscalizados/FFA e um índice de economicidade negativo de -16,20%, indicando que o custo destas fiscalizações foi 12,08% menor em comparação ao programado, o que corrobora com uma melhor utilização dos recursos públicos para a consecução das atividades propostas.

Além disso, como em todas as fiscalizações de experimentos demandadas, houve a participação de pelo menos um FFA, isto permitiu alcançar um índice de Eficácia de 100%.

A EFETIVIDADE foi representada pela condução de experimentos com OGM em conformidade às normas estabelecidas pela CTNBio, redundando em Segurança Alimentar para a população.

2.1.2.2.1.3.2. Ação de Fiscalização de lavouras de milho e algodão quanto o cultivo ou não de plantas transgênicas no Estado do Tocantins (Propriedades Fiscalizadas)

2.1.2.2.1.3.2.1. INDICADORES DE DESEMPENHO – FÓRMULA DE CÁLCULO/ MÉTODO DE AFERIÇÃO

Indicadores de Desempenho do PI FISCORGEN relativo à ação de Fiscalização de lavouras de milho e algodão quanto o cultivo ou não de plantas transgênicas no Estado do Tocantins (Propriedades Fiscalizadas)

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
Eficiência (Produtividade)	Nº de Propriedades Fiscalizadas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº Prop. fiscalizadas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião técnica realizada/FFA e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2009	$CUR = \frac{CR2009}{PFR2009} \text{ (Nº FFA envolvidos)}$ $CUP = \frac{CP2009}{PFP2009} \text{ (Nº FFA programados)}$ $IEc = [(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário por reunião técnica realizada, CUP= custo unitário por reunião técnica programada, CR=custo realizado, CP=custo programado, PFR= propriedades fiscalizadas realizado, PFP= propriedades fiscalizadas programadas e IEc= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre Propriedades Fiscalizadas Realizadas e Programadas (%)	$IEfic = \frac{\text{Nº Prop. Fisc. Realizadas}}{\text{Nº de Prop. Fisc. Programadas}} \times 100$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Atendimento às normas de biossegurança estabelecidas pela CTNBio e pelo MAPA	Cultivos de plantas transgênicas sem a ocorrência de efeitos adversos ao meio ambiente e/ou à saúde humana e/ou animal, pelo atendimento às normas de biossegurança, estabelecidas pela CTNBio e pelo MAPA.

RESULTADOS OBTIDOS NO PI FISCORGEN NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE LAVOURAS DE MILHO E ALGODÃO QUANTO O CULTIVO OU NÃO DE PLANTAS TRANSGÊNICAS NO ESTADO DO TOCANTINS (PROPRIEDADES FISCALIZADAS)

ÍNDICE DE EFICIENCIA
<p>a.1) Indicador de Produtividade</p> <p>Dados:</p> <p>- FFA₁ (RT)= fiscalizou 08 propriedades de 08 propriedades programadas; $IPr_{FFA1} = \frac{\text{Nº Prop. fisc. (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA1} = \frac{08}{01} = 08 \text{ Prop. fisc./FFA}_1$</p> <p>- FFA₂= fiscalizou 08 propriedades de 08 propriedades programadas; $IPr_{FFA2} = \frac{\text{Nº Prop. fisc. (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA2} = \frac{08}{01} = 08 \text{ Prop. fisc./FFA}_2$</p> <p>Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos: $IPr_{\text{médio}} = \frac{IPr(FFA_1) + IPr(FFA_2)}{02} = \frac{08 + 08}{02} = 08 \text{ propriedades fiscalizados/ FFA}$</p> <p>a.2) Indicador de Economicidade</p> <p>Dados:</p> <p>- FFA₁ (RT) e FFA₂= participaram das 08 fiscalizações previstas; $CUR = \frac{CR2009}{PFR2009} = \frac{(3.720,86 / 08)}{(2)} =$</p> <p>$\therefore \frac{CUR = R\\$ 232,55 / \text{fiscalização realizada por FFA}}{CUP = \frac{CP2009}{PFP2009} = \frac{(7.369,86 / 08)}{(2)} =}$</p> <p>$\therefore \frac{CUP = R\\$ 460,62 / \text{fiscalização realizada por FFA}}{}$</p> <p>- De posse dos resultados acima podemos obter o índice de Economicidade pela seguinte fórmula: $IEc = [(CUR2009 / CUP2009) \times 100] - 100 \rightarrow [(R\\$ 232,55 / 460,62) \times 100] - 100 =$ $\therefore IEc = -49,51\%$</p>

ÍNDICE DE EFICÁCIA
$IEfic = \frac{N^{\circ} \text{ Prop. Fisc. Realizadas}}{N^{\circ} \text{ de Prop. Fisc. programados}} \times 100$ $IEfic (\%) = \frac{08}{08} \times 100$ <p>Logo o indicador de Eficácia foi de: IEfic= 100%</p>

EFETIVIDADE

A efetividade da fiscalização foi observada quanto ao cultivo de plantas transgênicas em atendimento às normas de biossegurança, estabelecidas pela CTNBio e pelo MAPA. Isto traz como benefícios o cultivo de culturas transgênicas sem a ocorrência de efeitos adversos ao meio ambiente e/ou à saúde humana e/ou animal.

2.1.2.2.1.3.2.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Os resultados foram expressivos, uma vez que foi obtido um índice de produtividade de 08 propriedades fiscalizadas/FFA, com índice de economicidade negativo, indicando que o custo destas reuniões técnicas foi 49,51% menor em comparação ao programado, bem como foram fiscalizadas todas as propriedades programadas, alcançando-se o índice de Eficácia de 100%, caracterizando a boa e regular aplicação de recursos públicos.

Quanto à EFETIVIDADE da ação, constatamos que o programa atingiu plenamente os seus objetivos, uma vez que a utilização dos OGM foi efetivada de acordo com as Normas vigentes, beneficiando a sociedade como um todo.

3. Ação 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

3.1. Dados Gerais

Tabela 26 - Dados Gerais da Ação de Erradicação da Febre Aftosa

TIPO DE PROGRAMA	-PROGRAMA FINALÍSTICO.
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Unidade responsável	Coordenação-Geral de Combate as Doenças – CGCD / DSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA. Execução direta e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.
Coordenador Nacional da Ação	Jamil Gomes de Souza
Responsável pela execução da ação no nível local	Luiz Eduardo Cardoso da Rocha

Tabela 27a – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizada pela ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização e reunião técnica.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	30.474,00	18.028,59	59,16%
Física	335	329	98,2 %

Fonte: SIAFI - 2009

Tabela 27b – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizada pelo SEDESA – TO relativas às ações de Reunião Técnica/eventos.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	5.765,07	5.765,07	100 %
Física	3	3	100 %

Fonte: SIAFI – 2009

Tabela 27c – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizada pelo SEDESA – TO / ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	24.708,83	12.263,52	49,63%
Física	330	325	98,48%

Fonte: SIAFI – 2009

Obs: A execução de 49,63% explica-se pelo fato do Departamento de saúde animal descentralizar recursos no início do ano em valores que podem exceder as necessidades do PI durante o ano, isso se dá por que em defesa sanitária animal trabalha-se com a possibilidade do aparecimento de doenças que são consideradas emergências sanitárias e por isso, demandam resposta rápida com aporte de recursos suficientes e imediato.

Tabela 27d - Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizados pela ADAPEC – TO e supervisionadas pelo SEDESA.

META	PREVISÃO (área controlada em Km ²)	EXECUÇÃO (área controlada em Km ²)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	247.425 Km ²	247.425 Km ²	100,00%

Fonte: SIPLAN - 2009

Tabela 27e – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizados, por elemento de despesa pelo SEDESA – TO / ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização, reunião técnica e convênios.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISTA (R\$)	RECEBIDA (R\$)	REALIZADO (R\$)
3390.14	Diária	9.474,00	9.474,00	9.216,16
3390.33	Passagens	11.000,00	11.000,00	7.675,72
3390.30	Material de Consumo	5.000,00	5.000,00	1.136,71
3390.39	<i>Serviços de terceiros</i>	5.000,00	5.000,00	0,00
3390.36	Colaborador Eventual	0,00	0,00	0,00
4490.52	Equipamentos e Material permanente	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL				
4430.42	*Convênio	2.299.886,00	2.299.886,00	2.299.886,00
3330.41	*Convênio	529.708,00	529.708,00	529.708,00

Fonte: SIAFI – 2009

* Convênios realizados entre o MAPA e a Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins.

No ano de 2009, os recursos financeiros para a Ação Febre Aftosa foram disponibilizados pelo Departamento de Saúde Animal – DSA em valores pré-estabelecidos pelo mesmo e também através de solicitação do SEDESA/DT/SFA/TO. Isso se deu pelo fato de que em defesa sanitária animal trabalha-se com a possibilidade do aparecimento de doenças que são consideradas emergências sanitárias e por isso, demandam resposta rápida com aporte de recursos suficientes e imediato.

3.1.1. Resultados obtidos na Ação Erradicação da Febre Aftosa

As atividades de fiscalização da vacinação contra febre aftosa, cadastramento de propriedades e de produtores, de atendimento a notificações de suspeitas de enfermidades, de fiscalização sanitária e epidemiológica, de educação sanitária e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos, são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins (ADAPEC-TO), por delegação de competência do MAPA via Convênios. No exercício em tela, o MAPA destinou R\$ 2.829.594,00 através do convênio MAPA/ADAPEC 003/2009, ainda em execução. No primeiro semestre de 2009, esteve vigente o convênio 001/2008, cujos recursos foram liberados exercício de 2008.

O Fiscal Federal Agropecuário responsável pela ação erradicação da Febre Aftosa responsabiliza-se também pela Ação VIGIZOO, sendo ao SEDESA atribuída a responsabilidade pelo controle e emissão de autorização de trânsito de animais susceptíveis à febre aftosa quando provenientes de estados classificados como risco médio ou áreas consideradas zona tampão, sendo que no ano de 2009 foram emitidas 20 autorizações para o ingresso de 428 animais.

As atividades de Erradicação da Febre Aftosa, executadas pela ADAPEC-TO, são supervisionadas pelo SEDESA/SFA/TO, através de auditorias nas Unidades veterinárias locais da agência. Em função dos trabalhos em comento, foi mantida a condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação, alcançada no ano de 2009.

Em que pesem os árduos trabalhos, em janeiro de 2009, foi constatada no Estado a ocorrência da Estomatite Vesicular, doença confundível com a Febre Aftosa e que demandou novos esforços das Instituições envolvidas

A SFA-TO participou de várias reuniões técnicas com a ADAPEC, com a coordenação Nacional do PNEFA e com o Departamento de Saúde Animal do MAPA, além de participar de ações de auditorias do PNEFA em outros estados da federação.

A Tabela a seguir demonstra os índices alcançados nas campanhas de vacinação efetivadas no Estado:

Tabela 27f : **Índices de Vacinação do rebanho e das propriedades do Tocantins**

	ETAPA NOVEMBRO DE 2008	ETAPA MAIO DE 2009	ETAPA NOVEMBRO DE 2009
Nº de Propriedades	51.484	51.813	52.115
Índice de Vacinação	97,16%	97,25%	94,14%
Nº de Bovídeos	7.344.864	7.360.065	7.585.791
Bovídeos em idade vacinal	7.344.864	7.360.065	*3.292.689
Índice de Vacinação	99,17%	99,26%	99,32%

* A partir de novembro de 2009 o Tocantins passou a adotar a estratégia de vacinação anual para bovídeos acima de 24 meses de idade e semestral para bovídeos até 24 meses de idade.

3.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.2.1 Índices de desempenho – Fórmulas de Cálculo / Método de Aferição

3.1.2 RESULTADOS	PRINCIPAIS INDICADORES		
Eficiência	Produtividade na realização de supervisões / auditorias em Unidades Veterinárias Locais	$Ip\ sa =$	$\frac{N^{\circ} \text{ de supervisões / Auditorias}}{N^{\circ} \text{ de Fiscais Envolvidos}}$
Eficácia	*Índice de Vacinação	$Iefc\ vc =$	$\frac{N^{\circ} \text{ de Bovídeos vacinados}}{N^{\circ} \text{ de Bovídeos em idade vacinal}}$
Efetividade	Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação em Km ² (SIPLAN)	$Ief\ Al =$	$\frac{\text{Área Livre Planejada}}{\text{Área Livre Realizada}}$

* O número de animais corresponde à soma do rebanho em idade vacinal nas duas etapas de vacinação

3.2.2. RESULTADO DOS INDICADORES

Eficiência	$Ip\ sa = 31/1$	$Ip\ sa = 31$
Eficácia	$Iefc\ vc = 10.652.754/10.730.169$	$Iefc\ vc = 99,27\%$
Efetividade	$Ief\ Al = 247.425/247.425$	$Ief\ Al = 100\%$

3.2.3. Descrição das disfunções estruturais que impactaram o resultado e medidas adotadas para solucionar os problemas

O índice de eficiência avaliou a produtividade obtida através do número de supervisões e auditorias do PNEFA realizadas pelo FFA responsável pela Ação em Unidades Veterinárias Locais. Durante o ano de 2009, o SEDESA que tinha em seus quadros três FFAS(veterinários), perdeu uma FFA que entrou em licença maternidade em março e só retornou em novembro. A partir de outubro de 2009 outro FFA saiu do SEDESA para a divisão técnica, ficando o serviço com apenas um FFA para executar todas as ações, inclusive acompanhamento de convênio. Este fato inviabilizou o cumprimento da meta estabelecida de 35 supervisões.

O índice de eficácia avaliou se o Estado atingiu índices de vacinação contra febre aftosa que possam dar a garantia necessária à preservação da manutenção da área livre com vacinação. A partir de novembro de 2009 o Tocantins passou a adotar a estratégia de vacinação anual para bovídeos acima de 24 meses de idade e semestral para bovídeos até 24 meses de idade. A meta estabelecida pela portaria 50 de 19 de maio de 1997, para estados classificados como baixo risco

como é o caso do Tocantins é de um índice de vacinação superior a 90% do rebanho em idade vacinal, pode-se considerar que o índice médio de 99,27% é considerado excelente.

A manutenção da área livre de febre aftosa com vacinação foi levada em consideração para avaliar a efetividade, por ser o objetivo geral e final da ação. Durante o ano de 2009 o Estado conseguiu manter o status de área livre de febre aftosa com vacinação, o que permitiu a manutenção de mercados importadores de carne e sub-produtos de bovinos fossem mantidos e novos mercados fossem conquistados. Tal fato beneficiou toda a sociedade, tanto econômica como socialmente, já que o agronegócio é o principal responsável pela arrecadação de recursos por parte do Estado.

A deficiência de pessoal foi à principal disfunção estrutural que o programa sofreu no ano de 2009. Foi solicitado ao chefe da divisão técnica que olvidasse esforços junto ao superintendente no sentido de solucionar com urgência o problema, porém até o encerramento do exercício de 2009, a disfunção persistia.

4. Ação 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS -VIGIZOO

4.1. Dados Gerais

Tabela 28 – Dados Gerais da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

TIPO DE PROGRAMA	PROGRAMA FINALÍSTICO.
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Unidade responsável	Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal – CTQA / DSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA. A contrapartida do estado, no caso da ação, será alocada na forma de serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infra-estrutura física.
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Felipe ramos de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Mário Márcio de Barros Araújo

Como as Metas do Programa são realizadas conjuntamente com a ação Erradicação da Febre Aftosa, não foram solicitados recursos para a mesma, porém, na Tabela a seguir, demonstramos os resultados alcançados pela Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins:

Tabela 29c - Metas e resultados da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos realizados pela ADAPEC – TO e supervisionadas pelo SEDESA.

META	PREVISÃO (Número de Fiscalizações)	EXECUÇÃO (Número de Fiscalizações)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	66.440	87.671	131,95%

Fonte: SIPLAN - 2009

4.2. Resultados obtidos na Ação de Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos - VIGIZOO

As atividades de Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos, são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins (ADAPEC-TO), por delegação de competência do MAPA. Através do convênio MAPA/ADAPEC 003/2009, foram liberados recursos da ordem de 2.829.594,00 para melhorar a estruturação dos serviços de fiscalização de trânsito, sendo que no primeiro semestre de 2009 estava também vigente o convênio 001/2008.

O Fiscal Federal Agropecuário responsável pela ação VIGIZOO, acumula a responsabilidade pelo programa referente à FEBREAFTOSA, ficando responsável pelo controle e emissão de autorização de trânsito de animais susceptíveis à febre aftosa, cabendo ao SEDESA coordenar a análise de risco e quarentena dos animais.

As atividades de Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos, executadas pela ADAPEC-TO, sob supervisão da SFA/TO.

A EFETIVIDADE do programa está caracterizada pela manutenção do estado sanitário do rebanho e a proteção das áreas reconhecidas como livres de febre aftosa e peste suína clássica, uma das finalidades da Ação Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos. Referidos trabalhos são executados nas barreiras sanitárias fixas instaladas nas fronteiras interestaduais e barreiras volantes que fiscalizam o trânsito interno.(Tabela 29c).

Por serem as ações do VIGIZOO executadas em conjunto com a ação Febre Aftosa, não foram solicitados recursos financeiros do VIGIZOO.

4.3. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.3.1 ÍNDICES DE DESEMPENHO – FÓRMULAS DE CÁLCULO / MÉTODO DE AFERIÇÃO

3.1.2 RESULTADOS	PRINCIPAIS INDICADORES		
Eficiência	Produtividade na realização de supervisões / auditorias em barreiras fixas de fiscalização	$I_p sa =$	$\frac{\text{Nº de supervisões / Auditorias}}{\text{Nº de Fiscais Envolvidos}}$
Eficácia	*Número de Fiscalizações programadas / fiscalizações realizadas	$I_{efc} FpFr =$	$\frac{\text{Fiscalizações Programadas}}{\text{Fiscalizações realizadas}}$
Efetividade	Proteção das Áreas Reconhecidas como Livre de Doenças	$I_{ef} Par =$	$\frac{\text{Área Livre Planejada}}{\text{Área Livre Realizada}}$

* O número de fiscalizações correspondem ao total de fiscalizações realizadas pelos postos de fiscalização da ADAPEC, sob Supervisão do SEDESA, conforme produto estabelecido pelo SIPLAN.

4.3.2.RESULTADO DOS INDICADORES

Eficiência	$I_p sa = 3/1$	$I_p sa = 3$
Eficácia	$I_{efc} FpFr = 64.440 / 87.761$	$I_{efc} vc = 131,95\%$
Efetividade	$I_{ef} Par = 277.621/277.621$	$I_{ef} Par = 100\%$

4.3.3. Descrição das disfunções estruturais que impactaram o resultado e medidas adotadas para solucionar os problemas

O índice de eficiência avaliou a produtividade obtida através do número de supervisões e auditorias realizadas pelo FFA responsável pela Ação em Barreiras fixas de Fiscalização. A falta de pessoal também impactou negativamente as ações do PI em 2009, pois as consequências são as mesmas relatadas para o PI FEBREAFTOSA.

O índice de eficácia avaliou se o Estado do Tocantins atingiu a meta de fiscalizações estabelecidas inicialmente. Tendo como meta um número de 64.440 fiscalizações, foram realizadas 87.761, tendo-se atingido um índice de 131,95%, superando portanto a meta estabelecida.

A manutenção das áreas livres de febre aftosa com vacinação e de peste suína clássica foi levada em consideração para avaliar a efetividade, por ser o objetivo geral e final da ação. Durante o ano de 2009 o Estado conseguiu manter o status de área livre de febre aftosa com vacinação e de peste suína clássica. Em relação a carne e produtos e sub-produtos de suínos, o Estado não tem na criação destes animais uma força econômica, no entanto a manutenção da condição de área livre permite que o Estado esteja habilitado a receber investimentos nesta área. Tal fato beneficiou toda a sociedade, tanto econômica como socialmente.

5. Ação 8658 Prevenção, Controle e Erradicação De Doenças dos Animais (PCEANIMAL)

5.1 Dados Gerais

TABELA 30A - DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Garantir a segurança zoonositária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonositárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonositária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável	Coordenação-Geral de Combate às Doenças
Unidades executoras	Superintendência Federal do Tocantins – SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais com a defesa sanitária; ou direta, realizada por técnicos das Superintendências Federais Serviços de Defesa Agropecuária- SEDESA.
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Ânara Rúbia Martins
Observação:	O PI PCEANIMAL envolve vários programas sanitários, por isso, o FFA Mário Márcio de Barros Araújo também realiza ações no PI.

5.2. Resultados obtidos na Ação Prevenção, Controle e Erradicação De Doenças dos Animais (PCEANIMAL)

O PI PCEANIMAL envolve os seguintes programas sanitários: PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola), PNCEBT (Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose), PNCRH (Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias), PNSE (Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos), PNSCO (Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos), PNSS (Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos), PNSAA (Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos).

As atividades realizadas envolvem desde coletas de amostras de alimentos para ruminantes e coletas de monitoramento em granjas e criatórios avícolas, fiscalização em propriedades rurais até a supervisão do órgão executor no desempenho de suas atividades e auditoria dos sistemas de sanidade de outros Estados. Também aconteceram a realização de cursos e treinamentos ministrados pelo SEDESA/TO além da participação dos FFAs do SEDESA/TO em cursos e reuniões.

O PI PCEANIMAL recebeu aporte voluntário de recursos ao Departamento de Saúde Animal – DSA/TO e também recursos solicitados pelo SEDESA/TO.

Em 2009 o SEDESA/TO participou de um treinamento para veterinários do órgão executor estadual, sendo o curso ministrado pelos FFA- Mário Márcio de Barros Araújo e Douglas Haas, sendo abordado o programa de prevenção da EEB, coleta de tronco encefálico, retirada do MER e procedimentos de esterilização nas graxarias, além disso, também houve participação dos FFAs do SEDESA/TO em cursos e reuniões realizados pelo DSA:

Curso	Nº de participantes	Recurso Utilizado (R\$)
Prevenção da EEB, coleta de tronco encefálico, retirada do MER e procedimentos de esterilização nas graxarias	13 (médicos veterinários da ADAPEC).	536,92

CAPACITAÇÃO (REUNIÕES, CURSOS, TREINAMENTOS).	PREVISTO	REALIZADO	%EXECUÇÃO
Meta Financeira	13.759,18	13.759,18	100
Meta Física	8	8	100

Na Tabela a seguir estão especificados os recursos disponibilizados e executados pelo SEDESA/TO no PI PCEANIMAL:

Tabela :

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	RECEBIDA (R\$)	REALIZADO (R\$)
3390.14	Diária	12.541,78	7.459,42
3390.33	Passagens	12.000,00	3.505,35
3390.30	Material de Consumo	28.000,00	19473,70
3390.39	Serviços de terceiros	10.000,00	732,00
3390.36	Colaborador Eventual	1.343,48	1.343,49
3330.41	Convênio	410.640,00	-
3330.42	Convênio	1.901.500,00	-

Fonte: SIAFI - Elaboração: SFA-TO/SPA

OBSERVAÇÕES: Parte dos recursos descentralizados foram aplicados na aquisição de equipamentos de informática, pneus e manutenção dos veículos, sendo que os destinados a convênios estão relatados em parte específica deste Relatório, estando os convênios em execução.

No que concerne ao PNCRH e outras encefalopatias, o SEDESA/TO executou as seguintes ações:

1. 13 coletas de ração em propriedades rurais,
2. Curso para os médicos veterinários do órgão executor referente à coleta, acondicionamento e envio de tronco encefálico para análise de EEB, retirada do MER e procedimentos de esterilização nas graxarias;
3. Participou de uma reunião técnica sobre EEB no LANAGRO – PE
4. Treinamento em Cananéia - SP.
5. Supervisões para avaliação do andamento do programa em unidades locais da ADAPEC, além do trabalho
6. No PNCEBT foram realizadas habilitações de médicos veterinários da iniciativa privada para realização de exames diagnósticos de brucelose e tuberculose.

5.3. Descrição das disfunções estruturais que impactaram o resultado e medidas adotadas para solucionar os problemas
Dados referentes à fiscalização/supervisão:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	2.933,46	1.392,99	47,48 %
Física	48	26	54

A diferença de porcentagem de execução entre metas físicas e financeiras se ao deve ao fato de algumas fiscalizações terem sido realizadas no município de Palmas, não havendo, portanto gasto de recurso para realização das mesmas.

As metas físicas previstas não foram cumpridas em sua totalidade, porque em 2009 uma FFA do SEDESA saiu em licença maternidade e outro saiu do setor para assumir o cargo de chefe da divisão técnica da SFA/TO. Portanto, diante da redução de pessoal ocorrida, o cumprimento das metas foi comprometido.

5.4- DESEMPENHO OPERACIONAL

5.4.1 ÍNDICES DE DESEMPENHO – FÓRMULAS DE CÁLCULO / MÉTODO DE AFERIÇÃO

RESULTADOS	PRINCIPAIS INDICADORES		
Eficiência	Produtividade na realização de fiscalizações/auditorias pelo nº de fiscais envolvidos.	$I_p\ fa =$	$\frac{\text{Nº de supervisões / Auditorias}}{\text{Nº de Fiscais Envolvidos}}$
Eficácia	Fiscalizações/auditorias planejadas/ fiscalizações/auditorias realizadas	$I_{ef}\ fa =$	$\frac{\text{Nº de fiscalizações/auditorias realizadas}}{\text{Nº de fiscalizações/auditorias planejadas}} \times 100$
Efetividade	<div>Propriedades controladas/fiscalizadas (realizado)</div> <hr/> <div>Propriedades controladas/fiscalizadas (previsto)</div>	$I_{fe} =$	<div>$\frac{\text{Nº de propriedades controladas/fiscalizadas (realizado)}}{\text{Nº de propriedades controladas/fiscalizadas (previsto)}} \times 100$</div>

5.4.2 - RESULTADO DOS INDICADORES

Eficiência	Ip fa = 26/1	Ip fa =26
Eficácia	Ief Al = 26/48 x 100	Ief fa = 54%
Efetividade	Ife = 5486/6000 x 100	Ife= 91,43

ANALISE DOS RESULTADOS: No caso da eficiência ou produtividade foram realizadas 26 fiscalizações/auditorias por FFA que trabalha com o PI, a meta programada não foi cumprida devido à escassez de pessoal no setor.

A Efetividade mensura as ações da ADAPEC nesse PI como propriedades controladas para as doenças dos animais, nesse item estão incluídas fiscalizações em propriedades, atendimento a ocorrências de enfermidades e coletas de amostras para monitoramento de enfermidades, sendo que a ADAPEC executou quase 91,43% das fiscalizações previstas no SIPLAN, alcançando uma excelente atuação, conforme tabela abaixo:

Tabela:

PREVISTO CORRIGIDO	SOMATÓRIO REALIZADO	% EXECUÇÃO
6000	5486	91,43 %

ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA ADAPEC (SIPLAN): Propriedade controlada.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG/DT/SFA-TO

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) realiza suas atividades objetivando proporcionar melhor qualidade dos produtos agropecuários e o fortalecimento de sua gestão operacional, no sentido de garantir a segurança alimentar, a inocuidade e a qualidade dos alimentos e bebidas oferecidos à população. Para o alcance de seus objetivos, foram priorizadas as ações de supervisões e fiscalizações nas indústrias de produtos de origem animal e vegetal, especialmente as voltadas à implantação de programas de autocontrole visando padronizar tanto as ações das equipes de inspeção federal quanto as equipes de controle de qualidade das empresas. No caso, destacamos as colheitas de amostras dos produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial e verificação da conformidade e do atendimento a denúncias no sentido de combate às fraudes, ficando comprovado que referidas ações contribuíram para o controle do processo, proporcionando a melhoria dos índices de conformidades dos produtos, aumentando a confiabilidade dos mesmos.

Concomitantemente, foram realizadas Supervisões nos controles e verificações realizadas pelas Equipes do Serviço de Inspeção Federal sobre (Fiscais Federais Agropecuários, Médicos Veterinários) dentro das indústrias de produtos de origem animal, com acompanhamento de desempenho, objetivando um diagnóstico a possível necessidade de treinamentos e qualificação das equipes que, representando o SIPAG, atuam permanentemente nas indústrias no sentido de garantir a qualidade e inocuidade dos produtos.

No que se refere à área vegetal, foram mantidas as Fiscalizações/Supervisões dos estabelecimentos que industrializem e/ou produzam bebidas em geral, com colheita de amostras de produtos de origem vegetal para verificação da conformidade, a fiscalização dos estabelecimentos beneficiadores, embaladores, distribuidores e comerciantes de grãos

com obrigatoriedade de classificação e Fiscalização dos Postos de Classificação, verificando a execução da classificação e seus efeitos na qualidade dos produtos comercializados.

Aludido diagnostico trouxe como resultado a realização de cursos e treinamentos da equipe do SIPAG/TO, provocando a sua motivação e qualificação.

O universo sob responsabilidade do SIPAG/TOCANTINS está especificado na Tabela a seguir:

TABELA 01 - ESTABELECIMENTOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL	
CATEGORIA	QUANTIDADE
CARNE E DERIVADOS	
Matadouro frigorífico bovinos	09
Matadouro de aves e coelhos	02
Entrepasto de carne e derivados	01
Fábrica de Conservas *	01
Fábrica de Produtos não comestíveis	04
LEITE E DERIVADOS	
Usina de beneficiamento	05
Fábrica de laticínios	10
Posto de refrigeração	01
PESCADO E DERIVADOS	
Entrepasto de pescado e derivados **	02
MEL E DERIVADOS	
Entrepasto de mel e derivados ***	05
Apiários	10
ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS ****	
Curtumes	02
Fonte: SIPAG/TO	

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

O SIPAG/TO atende ao Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, através de 04 Planos Internos (ações) INSPANIMAL3, RESÍDUOS, IPVEGETAL2 e PADCLASSIF, tendo como objetivo geral de garantir a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal, produzidos sob responsabilidade deste Serviço.

Os resultados do programa estão apresentados por Planos Internos (ações), havendo sido elaborados pelos responsáveis técnicos pela ação:

SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	
TIPO	PROGRAMA FINALISTICO
OBJETIVO GERAL	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Garantir a segurança alimentar, o menor risco à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Adriana Carla Floresta Feitosa
Indicadores e parâmetros utilizados	APPCC / nº estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário / taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

2.3.2 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

As metas estabelecidas no programa, bem como seus resultados, estão especificadas na Tabela a seguir:

PROGRAMA: 356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Controle de resíduos e contaminantes em produtos de Origem Vegetal e Animal - 4723 (análise realizada/unidade)	110	75	68,18%	R\$ 360.335,56	R\$ 312.099,09	86,61%
Fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados - 4745 (Fiscalização realizada/Unidade)	15	15	100,00%	R\$ 18.020,00	R\$ 13.078,00	72,57%
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - 8938 (Estab. Insp/Unidade)	797	874	109,66%	R\$ 360.335,56	R\$ 312.099,09	86,61%
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - 8939 - Estabelecimento inspecionado/Unidade)	65	64	98,46%	R\$ 22.963,40	R\$ 7.033,36	30,63%
Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais - 4746 (Produto Fiscalizado/Tonelada)	2.500	3.084	123,36%	R\$ 15.205,20	R\$ 10.000,34	65,77%
Coleta de amostras	50	65	130%			
Amostras classificadas/amostras em conformidade	30	21	70%			

O detalhamento das AÇÕES, suas metas e resultados estão especificados nas Tabelas a seguir:

2.3.2.1 - AÇÃO 8938 - INSPANIMAL – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	
TIPO DE ORÇAMENTO	FISCAL
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal
Descrição	<p>A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas empresas que explorem o abate animais e que recebem, produzem, manipulam e beneficiem matéria-prima de origem animal, da sua chegada aos estabelecimentos à fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, inclusive estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos agropecuários, bem como subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, assim como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, seja para o consumo interno ou para exportação;</p> <p>B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais, bem como estabelecer diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</p> <p>D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</p>

Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CGI/DIPOA/DAS
Unidades Executoras	SFA/TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/TO
Coordenador nacional da ação	Judi Maria da Nóbrega
Responsável pela ação no nível local	Adriana Carla Floresta Feitosa
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Realizar atividades descentralizadas relativas ao controle, inspeção e à fiscalização dos produtos de origem animal, e de forma direta para proposição de leis, decretos, normas e regulamentos sobre o setor . Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.

Tendo como prioridade a garantia de que os produtos sob responsabilidade do Serviço de Inspeção Vegetal tenham a qualidade e a inocuidade necessária à proteção da saúde pública, foram realizados eventos sobre o tema com a participação da clientela, dos Agentes de Inspeção conveniados e de parceiros do MAPA, especialmente os Responsáveis pelo Controles de Qualidade, o que impactou significativamente o índice de não conformidades, mormente na área de inspeção de leite e seus derivados. Com o mesmo objetivo, o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários participou da AGROTINS, apresentando seus trabalhos e proferindo cinco palestras educativas.

Os resultados destas e das demais ações executadas durante o exercício ao qual se refere este documento, estão especificadas na Tabela a seguir:

SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS						
AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FISICAS			METAS FINANCEIRAS		
	PREV.	REALIZ.	% REALIZ.	PREV.	REALIZ.	% REALIZ
1) CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	110	94	85,45%	6.403,68	6.403,68	100,00%
2) INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL						
SUPERVISÕES REGIONAIS	32	16	50,00%	21.148,88	10.497,02	49,63%
COLHEITA DE AMOSTRAS	104	106	101,92%			
TREINAMENTOS REGIONAIS	4	2	50,00%	30.000,00	3.328,24	11,09%
SUPERVISÕES REGIONAIS	10	23	230,00%	4.000,00	3.350,07	83,75%
INSPEÇÕES E VISTORIAS FPNC	2	2	100,00%	800,00	425,34	53,17%
REUNIÕES REGIONAIS-SIPAG	1	2	200,00%	4.500,00	3.232,41	71,83%
SUPERVISÕES REGIONAIS.AVES	4	5	125,00%	6.000,00	5.037,40	83,96%
ACOMP AUDITORIA.NO ESTADO	1	1	100,00%	2.000,00	2.436,40	121,82%
FISCALIZAÇÃO PATOLOGIA AVIC	2	2	100,00%	5.930,00	5.929,24	99,99%
TREINAMENTOS DICA/DIPOA	2	2	100,00%	7.456,57	7.456,57	100,00%
COLHEITA DE AMOSTRAS/POA	270	286	105,93%			
COLHEITA DE AMOSTRAS/FRAUDE	80	104	130,00%	1.000,00	726,13	72,61%
SUPERVISÕES REGIONAIS.LEITE	24	21	87,50%	21.714,56	8.731,34	40,21%

INSPEÇÕES/VISTORIAS MEL	7	7	100,00%	1.738,47	1.738,47	100,00%
REUNIÕES NACIONAIS-DIPOA	7	7	100,00%	12.338,88	12.338,88	100,00%
COLHEITA DE AMOSTRAS/LEITE	350	288	82,29%	7.553,92	4.354,62	57,65%
COLHEITA DE AMOSTRAS/FRAUDE	16	6	37,50%	3.741,04	1.204,68	32,20%
TREINAMENTOS NACIONAIS/LEITE	1	1	100,00%	1.158,09	1.158,09	100,00%
AUDITORIAS NACIONAIS/DILEI	1	1	100,00%	1.772,50	1.772,50	100,00%
AUXILIO ADMINISTRATIVO/DILEI	2	2	100,00%	1.646,84	1.646,84	100,00%
SUPERVISÕES/PESCADO	4	1	25,00%	2.500,00	1.217,20	48,69%
TREINAMENTOS REGIONAIS	2	3	150,00%	6.079,48	6.458,92	106,24%
INSPEÇÕES/VISTORIAS/PESCADO	2	2	100,00%	1.110,70	1.110,70	100,00%
TREINAMENTOS REGIONAIS	1	1	100,00%	1.805,40	1.805,40	100,00%
COLHEITA DE AMOSTRAS/PESCA	5	5	100,00%			
REUNÕES REGIONAIS	2	2	100,00%	4.000,00	4.562,19	114,05%
REUNIÃO SIPAG/ANUAL	1	1	100,00%	14.000,00	12.821,64	91,58%
TREINAMENTO DIPOA /MESTRADO	1	1	100,00%	6.300,00	6.300,00	100,00%
TREINAMENTO APPCC	2	1	50,00%	10.000,00	8.399,39	83,99%
REUNIÕES HARMONIZAÇÃO	1	1	100,00%	3.000,00	550,00	18,33%
PARTICIPAÇÃO AGROTINS	1	1	100,00%	1.000,00	170,00	17,00%
3)INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (BEBIDAS)	65	64	98,46%	112.963,40	7.033,36	6,23%
4) PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS (PRODUTO FISCALIZADO/TON	2500	3.083	123,32%	15.205,20	10.000,34	65,77%
* RESÍDUOS E CONTAMINANTES : RECURSOS DA SEDE						

Para a execução das Metas inerentes ao Programa foram programadas as Ações relacionadas a seguir:

METAS FINANCEIRAS			
ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADA	REALIZADA	%
SUPERVISÕES	R\$ 56.163,44	R\$ 28.833,03	51,34
COLHEITA DE AMOSTRAS	R\$ 12.294,96	R\$ 6.285,43	51,12
CAPACITAÇÕES	R\$ 59.466,48	R\$ 23.921,19	40,23
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	PROGRAMADO		REALIZADO
	R\$ 140.000,00		140.000,00

METAS FISICAS			
ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADA	REALIZADA	CUSTO UNITÁRIO
SUPERVISÕES	66	R\$ 28.833,03	R\$ 436,86
COLHEITA DE AMOSTRAS	398	R\$ 6.285,43	R\$ 15,79
CAPACITAÇÕES	09	R\$ 23.921,19	R\$ 2.657,91
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE		PROGRAMADO	REALIZADO
		R\$ 140.000,00	140.000,00
01 CAMIONETE CABINE DUPLA, 01 CARRO, 05 CADEIRAS DE ESCRITÓRIO, 02 NO BREACK , 01 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, 01 APARELHO FAX .			

TABELA 05 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

INDICADORES DE DESEMPENHO PARA O PLANO INTERNO INSPANIMAL 3				
Atributos Indicadores INSPANIMAL3	SUPERVISÕES/FISCALIZAÇÕES			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE

	Custo para garantir a sanidade e qualidade do produto ofertado ao consumidor em relação ao ano anterior	Custo de supervisões em estabelecimentos de origem animal em relação a estimativa inicial.	Número de supervisões em relação ao percentual de supervisões programadas.	Percentual de supervisões realizadas nos estabelecimentos em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$	R\$/Supervisões e fiscalizações	Percentagem	Percentagem
Índice de referência:]	- 30,17	-42,43%	-10,81%	89,18%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2008 para 2009 $CR2009 - CR2008$ $28.833,03 - 41.290,78 = -12.457,75$ Variação % do custo realizado de 2009 para 2008 $[(CR2009 \div CR2008) \times 100] - 100$ $[(28.833,03 \div 41.290,78) \times 100] - 100 = -30,17$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009: $CUR = (CR2009 \div QR2009)$ $28.833,03 \div 66 = 436,86$ $CUP = (CP2009 \div QP2009)$ $56.163,44 \div 74 = 758,96$ Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2009: $[(CUR2009 \div CUP2009) \times 100] - 100$ $[(436,86 \div 758,96) \times 100] - 100 = -42,43\%$	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS $VA2009 = (QR2009 - QP2009)$ $66 - 74 = -8$ VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PERCENTAGEM $[(QR2009 \div QP2009) \times 100] - 100 =$ $[(66 \div 74) \times 100] - 100 = -10,81\%$	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS $VA2009 = (QR2009 - QP2009)$ $66 - 74 = -8$ Relação percentual entre a fiscalização realizada e a fiscalização programada em 2008: $(QR2009 \div QP2009) \times 100$ $(66 \div 74) \times 100 = 89,18\%$

TABELA 06 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

ATRIBUTOS INDICADORES	COLHEITA DE AMOSTRAS PARA ANÁLISE LABORATORIAL			
	INDICADORES DE DESEMPENHO			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
	Descrição: Custo para colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista, em relação ao ano anterior.	Custo para colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Custo da colheita de amostra nos estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Percentual de colheitas de amostras realizadas em relação ao programado.
Unidade de medida:	R\$	R\$/ colheita amostras	Percentagem	Percentagem
Índice de referência:	-33,36%	-42,70%	-10,76%	89,23%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2008 para 2009 $CR2009 - CR2008$ $6.285,43 - 9.433,07 = -3.147,64$ Variação % do custo realizado de 2009 para 2008 $[(CR2009 \div CR2008) \times 100] - 100$ $[(6.285,43 \div 9.433,07) \times 100] - 100 = -33,36\%$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009: $CUR = (CR2009 \div QR2009)$ $6.285,43 \div 398 = 15,79$ $CUP = (CP2009 \div QP2009)$ $12.294,96 \div 446 = 27,56$ Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008: $[(CUR2009 \div CUP2009) \times 100] - 100$ $[(15,79 \div 27,56) \times 100] - 100 = -42,70\%$	Variação absoluta (VA) entre colheita de amostras realizadas e programadas $VA2009 = (QR2009 - QP2009)$ $398 - 446 = -48$ Variação relativa (VR) entre colheita amostras realizadas e programadas Em percentagem $[(QR2009 \div QP2009) \times 100] - 100 =$ $[(398 \div 446) \times 100] - 100 = -10,76\%$	Variação absoluta (VA) entre colheita de amostras realizadas e programadas $VA2009 = (QR2009 - QP2009)$ $398 - 446 = -48$ Relação percentual entre a colheita amostras realizada e a programada em 2008: $(QR2009 \div QP2009) \times 100$ $(398 \div 446) \times 100 = 89,23\%$

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

Atributos Indicadores INSPANIMAL3	INDICADORES DE DESEMPENHO TREINAMENTOS/CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO			
	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Descrição	Custo para Treinamentos de servidores/qualificação em relação ao ano anterior	Custo para treinamentos de servidores/qualificação	Custo de treinamentos de servidores/qualificação	Percentual de treinamentos de servidores/qualificação realizadas em relação ao programado.
Unidade de medida:	R\$	R\$/capacitação	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	52,16 %	- 55,30 %	-10%	90%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	<p>Varição absoluta (VA) do custo realizado de 2008 para 2009</p> $CR2009 - CR2008$ $25.921,19 - 17.034,52 = 8.886,67$ <p>Varição % do custo realizado de 2009 para 2008</p> $[(CR2009 \div CR2008) \times 100] - 100$ $[(25.921,19 \div 17.034,52) \times 100] - 100 = 52,16\%$	<p>Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2009:</p> $CUR = (CR2009 \div QR2009)$ $23.921,19 \div 9 = 2.657,91$ $CUP = (CP2009 \div QP2009)$ $59.466,48 \div 10 = 5.946,64$ <p>Varição % entre custo unitário realizado e programado em 2009:</p> $[(CUR2009 \div CUP2009) \times 100] - 100$ $[(2.657,91 \div 5.946,64) \times 100] - 100 = -55,30\%$	<p>VARIACÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE treinamentos de servidores/qualificação REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $VA2009 = (QR2009 - QP2009)$ $9 - 10 = -1$ <p>VARIACÃO RELATIVA (VR) ENTRE treinamentos de servidores/qualificação REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PERCENTAGEM</p> $[(QR2009 \div QP2009) \times 100] - 100 =$ $[(9 \div 10) \times 100] - 100 = -10\%$	<p>VARIACÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE treinamentos de servidores/qualificação REALIZADAS E PROGRAMADAS</p> $VA2009 (QR2009 - QP2009)$ $9 - 10 = -1$ <p>Relação percentual entre a treinamentos de servidores/qualificação realizada e a programada em 2009:</p> $(QR2009 \div QP2009) \times 100$ $(9 \div 10) \times 100 = 90\%$

2.3.2.2. AÇÃO 4723 – CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL

TIPO DE ORÇAMENTO	FISCAL
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CRC/SDA
Unidades Executoras	SFA/TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/TO
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela ação no nível local	Orliomar Martins da Cruz

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Art. 29-A e 27-A, IV e §1º, III, da Lei nº 9.712, de 20/11/1 998; Instrução Normativa nº 03, de 10/01/2001 (in DOU de 1 1/01/2001); Instrução Normativa nº 10 de 14/04/2008, (in DOU de 17/04/2008 seção 1 pág. 29).
--	--

METAS E RESULTADOS DA AÇÃO EXERCÍCIO:

Metas	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Colheita de Amostras*	110	-	94 (75***)	-
Treinamento Regional**	De acordo com a necessidade	-	2	-
Treinamento Nacional**	De acordo com a demanda	-	3	6.403,68

INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE
COLHEITA DE AMOSTRAS	Numero de amostras colhidas em relação à quantidade sorteada	Numero de amostras colhidas viáveis em relação à quantidade sorteada	Garantia da oferta do produto de origem animal sem resíduos e/ou contaminantes
CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	Número de servidores capacitados em relação ao número programado	Variação entre as ações dos FFA's pré e pós- treinamento	Melhoria do atendimento a programação da CCRC/SDA
CALCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO			
COLHEITA DE AMOSTRAS	94/110	75/110	
	85,45%	68,18%	
TREINAMENTOS	2/2	5/5	
	100,00%	100,00%	

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

COMENTÁRIOS INICIAIS

Os indicadores de desempenho correspondem aos alcances da execução das ações do ano todo no sentido de avaliação do esforço e da eficiência governamental em benefício da sociedade. No presente caso, serão dotados indicadores para três ações principais executadas: Supervisões/fiscalizações, Colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, em comércio atacadista e varejista para avaliação pericial em carne de aves, além de Treinamentos de servidores visando a sua qualificação.

COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS

PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

PLANO INTERNO INSPANIMAL3 –SUPERVISÕES/FISCALIZAÇÕES

INDICADOR DE ECONOMICIDADE

Em relação ao exercício anterior, 2008, houve uma diminuição de despesas da ordem de 33,36%, fato motivado pela redução do número de supervisões. Referido prejuízo pode ser atribuído à paralisação de atividades de alguns matadouros frigoríficos, fábricas de laticínios e curtumes, além da necessidade de realização de supervisões em Fábricas de Produtos não comestíveis e de leite e seus derivados. Para compensar citada redução, foi ampliado o numero de supervisões nas empresas em atividade. Portanto, pode-se afirmar que não houve economia de recursos e sim redução da execução das ações, o mesmo ocorrendo em relação ao indicador de **eficiência**.

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
PLANO INTERNO INSPANIMAL3 -SUPERVISÕES/FISCALIZAÇÕES
INDICADOR DE EFICACIA
Houve eficácia, em virtude da quantidade de ações realizadas e a meta programada, levando em consideração os motivos expostos acima, muito embora o índice tenha permanecido com -10,81%.
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
PLANO INTERNO INSPANIMAL3 - SUPERVISÕES/FISCALIZAÇÕES
INDICADOR DE EFETIVIDADE
O número de ações realizadas em funções do nº de estabelecimentos fiscalizados demonstra índice de efetividade da ordem de 89,18%, caracterizando desempenho satisfatório, uma vez que todos os estabelecimentos em atividade foram supervisionados e/ou fiscalizações de acordo com o previsto razão pela qual podemos afirmar que a Sociedade está consumindo produtos de origem animal de melhor qualidade e confiabilidade, comprovando que o trabalho de inspeção/fiscalização cumpre com seus objetivos.
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
PLANO INTERNO INSPANIMAL3 –TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
INDICADOR DE ECONOMICIDADE
Em razão de não haverem sido realizados todos os treinamentos programados, houve diminuição da ordem de 52,16% das despesas em relação ao exercício anterior, fato motivado pela falta de descentralização de recursos nos meses de setembro a novembro. Ainda assim, foram promovidos treinamentos não programados na própria unidade da Federação, provocando a dos custos, o que atendeu o princípio constitucional da ECONOMICIDADE.
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
PLANO INTERNO INSPANIMAL3 –TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
INDICADOR DE EFICACIA
Como foram cumpridas a metas programadas, entendemos que tal fato caracteriza a EFICACIA da ação.
INDICADOR DE EFICIENCIA
O custo unitário realizado foi menor que o programado, evidenciando a EFICIENCIA na execução das ações.
INDICADOR DE EFETIVIDADE
A diversidade dos temas abordados nos treinamentos, aliada ao grande número de servidores e parceiros participantes no sentido de propiciar o nivelamento de conhecimentos, permite-nos afirmar que os trabalhos a cargo do SIPAG/SFA/TO estão sendo executados com melhor qualidade, garantindo aos consumidores produtos de origem animal com maior grau de qualidade e confiabilidade, caracterizando tal fato a EFETIVIDADE da Ação.
COMENTÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
CONTROLE DE RESIDUOS
INDICADOR DE EFICIENCIA
Considerando-se que das 110 amostras programadas (sorteadas) foram analisadas 75 amostras, o índice de eficiência foi de apenas 68,18%, insucesso provocado pela crise econômica e pela sazonalidade de produtos ocorrida no Estado, o que impediu a colheita de amostras devido à paralisação de atividades de alguns estabelecimentos.
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
CONTROLE DE RESIDUOS
INDICADOR DE EFICACIA

Considerando-se que das 110 amostras programadas (sorteadas) foram colhidas 94 amostras, o índice de eficácia é de 85,45%.

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS
PROGRAMA PPA: 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
CONTROLE DE RESÍDUOS
INDICADOR DE EFETIVIDADE
A inocorrência de resíduos e/ou contaminantes nos produtos de origem animal desta unidade da Federação demonstra que, mesmo com baixo índice de eficiência, os produtos oriundos de estabelecimentos sob controle do Serviço de Inspeção Federal da SFA/TO, são seguros no que concerne à presença de contaminantes e/ou resíduos, comprovando a boa qualidade sanitária dos mesmos, ficando caracterizada a EFETIVIDADE dos trabalhos executados pelo SIPAG/SFA/TO, podendo tal fato ser atribuído aos investimentos do MAPA na capacitação dos responsáveis pelas ações.

Os seguintes fatores impactaram, e ainda impactam, negativamente a execução das ações do PI INSPANIMAL.3:

1. Falta de laboratório oficial ou credenciado no Estado do Tocantins;
2. Logística deficitária para o envio de amostras de água e POA (leite, carne, pescado, etc);
3. Longas distâncias percorridas para realização de supervisão, colheita de amostras, vistorias, inspeções, fiscalizações, prejudicando o indicador de economicidade;
4. Falta de descentralização de recursos nos meses de setembro a novembro, em prejuízo da execução programação. Insuficiência do número de FFA's no SIPAG, já que 50% do quadro localizado nas IF's é composto por Médicos Veterinários cedidos através de convênio com o Governo Estadual;
5. Insuficiência do número de Agentes de Inspeção pertencentes ao quadro efetivo, bem como número insuficiente de Auxiliares para inspeção cedidos pelo Governo do Estado;

O SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA é também responsável por Programas da área Vegetal, o PADCLASSIF- PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, responsável pelos trabalhos voltados para a área de produtos vegetais, e o IPVEGETAL –INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, que trata das ações inerentes ao ramo de Bebidas e similares. São eles:

AÇÃO 4790 : PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Certificar a identidade e qualidade dos produtos vegetais
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para a padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamentos técnicos para validação de padrões; classificação dos produtos para a certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados a disposição dos consumidores e fiscalização da identidade e qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização dos produtos padronizados pelo MAPA
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	DAS/DIPOV/CGQV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela ação no nível local	André de Paula Simões

METAS PREVISTAS							
ESPECIFICAÇÃO	METAS FISICAS				METAS FINANCEIRAS		
	PROG.	EXEC	%	NAT. DESP	PROG.	EXEC	%
FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS/TON	2500	3.084	123,36%	DIARIAS	8.705,20	5.268,42	60,52%
FISC. ESTABELECIMENTOS	60	40	66,67%				
COLETA DE AMOSTRAS	50	30	60,00%				
FISC. POSTOS CLASSIF	10	10	100,00%				
PART. EM EVENTOS				PASSAGENS	2.000,00	2.924,63	146,23%
CONSUMO				CONSUMO	3.500,00	1.652,29	47,21%
SERVIÇO PJ					1.000,00	155,00	15,50%

RESULTADOS ALCANÇADOS:

Tendo como prioridade os produtos de maior consumo “*per capita*”, o arroz, o feijão, a farinha de mandioca e o óleo de soja, o SIPAG/SFA/TO, O PI PADCLASSIF orientou suas ações para a fiscalização dos empacotadores, embaladores e distribuidores e comerciantes daqueles produtos, bem como do órgão estadual responsável pela expedição dos Certificados de Classificação Vegetal, que motivou maiores cuidados das empresas envolvidas no segmento, ocasionando a melhoria da qualidade dos produtos comercializados. As fórmulas de cálculo e os fatores considerados para apuração dos Indicadores de Desempenho alcançados estão especificados na Tabela a seguir:

DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES	INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO EMBALADORES/BENEFICI ADORES	INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO POSTOS CREDENCIADOS	FORMULA	RESULTADO
EFICÁCIA	Nº de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado	Nº de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado	$\frac{\text{Nº Fiscalizações realizadas}}{\text{Nº Fiscalizações Programadas}}$	$50/65 = 77 \%$
EFICIÊNCIA	Relação custo benefício das ações de fiscalização	Relação custo benefício das ações de fiscalização	$\frac{\text{Total de recursos utilizados}}{\text{Total de fiscalizações realizadas}}$	$10.000,34/40 = 250,00$
EFETIVIDADE	Índice de conformidades apontadas nas análises de amostras coletadas em estabelecimento produtor de Produtos de origem vegetal	_____	$\frac{\text{Nº de amostras em conformidade}}{\text{Nº total de amostras classificadas}}$	$21/30 = 70,00\%$

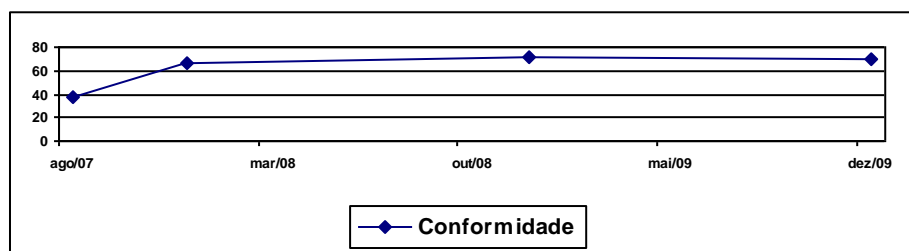
Embasados nos resultados acima, concluímos que os trabalhos executados tiveram impactos benéficos sobre a qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores, provocando maior segurança alimentar no que se refere à taxa de conformidade dos produtos sob responsabilidade do MAPA

Em relação à EFICÁCIA, constata-se que a fiscalização do SIPAG/TO atingiu 83,3% dos estabelecimentos passíveis de fiscalização, sendo importante salientar que o índice só não foi superior por falta de melhores condições estruturais. A Meta estabelecida para fiscalização foi de 2500 toneladas/ano, havendo sido este quantitativo superado em 584 toneladas, ou seja, foi submetido à fiscalização o quantitativo de 3.084 Toneladas, superando em 23,36% a meta inicialmente estabelecida.

No que concerne ao índice de EFICIÊNCIA, que mede a relação custo benefício das ações de fiscalização, alcançamos o valor de R\$ 250,00/ação, ou seja, houve um aumento de R\$ 7,00 por fiscalização em relação ao exercício de 2008, que atingiu o valor de R\$ 243,00.

No caso do Indicador de EFETIVIDADE, os resultados alcançados demonstram significativa melhoria da qualidade dos produtos ofertados, uma vez que o índice de não-conformidades passou de 28,75% em dezembro de 2008 para 29,5 % em novembro de 2009. Porém, se retrocedermos ao mês de agosto de 2007, verificaremos que referido índice, que era de 62,5% àquela época, sofreu drástica redução, caracterizando que a ação foi altamente benéfica à sociedade como um todo e ao agronegócio em particular. O Gráfico a seguir comprova o avanço promovido pelos trabalhos do SIPAG/SFA/TO:

Figura1: Índice de conformidade dos produtos padronizados no estado do Tocantins – 2007 a 2009.



O serviço de fiscalização da classificação vegetal tem se deparado com poucos, porém substanciais problemas estruturais para o pleno desenvolvimento das ações do programa, podendo-se destacar os seguintes:

1. Falta de laboratório próprio para execução da classificação de fiscalização dentro da SFA-TO, sendo esse serviço realizado nas dependências da SEAGRO-TO, acarretando maior dispêndio de tempo para análise e elaboração dos laudos de classificação.
2. Inexistência de um espaço físico para tal ainda impede a implantação do mesmo na SFA-TO.
3. Falta de classificador habilitado para auxiliar o Fiscal Federal;

2.3.2.4. Ação 2131 – IPVEGETAL 2

ATIVIDADES DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEGETAL

O serviço de Inspeção Vegetal tem como objetivo executar ações de controle de qualidade, inspeção, supervisão, fiscalização, normatização, registros, classificação, padronização de qualidade do produto e de suas matérias primas, bem como o desenvolvimento de modelos e programas de auditoria de qualidade dos estabelecimentos de bebidas em geral, incluindo análise de perigos e pontos críticos de controle, boas práticas de fabricação e procedimento padrão de higiene operacional de bebidas em geral.

O detalhamento e característica do programa e seus responsáveis estão especificados na Tabela a seguir:

IPVEGETAL – INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Finalística
Descrição	Inspeção de Vinhos e Derivados da Uva e do Vinho, Vinagres e Bebidas em Geral de Origem Vegetal
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CGVB/DIPOV/SDA/MAPA
Unidades Executoras	SFA/TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/TO
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável Técnico pela ação a nível local - RT	FFA Mauro Medeiros de Moura

RESULTADOS

A área de inspeção vegetal deu continuidade à execução das ações de inspeções em consonância com o Plano Operativo Anual e com as metas estabelecidas pelo SIPLAN, que estabeleceu a execução de 65 inspeções, havendo sido executadas 64 inspeções durante o exercício, ou seja, houve o alcance de 98,46% das metas programadas a um custo

operacional de R\$ 109,89 por ação. Considerando-se a distancia entre a Sede da SFA/TO e os municípios onde estão localizados os estabelecimentos, podemos afirmar que o custo por operação pode ser classificado como razoável ou baixo.

UNIVERSO DA AÇÃO		
CATEGORIA DE ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE	MARCAS COMERCIAIS (Nº)
PROD. CACHAÇA DE ALAMBIQUE	16	01
FAB. REFRIGERANTES	05	78
FAB. SUCOS	02	13
POLPA DE FRUTAS	02	02
AGUA DE COCO	05	05
BEBIDA ALCOOLICA MISTA	01	10

METAS E RESULTADOS DAS AÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2009.

ESPECIFICAÇÃO	FISICAS			FINANCEIRAS		
	PROG	EXEC	%	PROGR.	EXEC	%
FISCALIZAÇÃO ESTABELECIMENTO	65	64	98,46	22.963,40	7.033,36	30,62
PART. EM EVENTOS	01	01	100,00	CUSTEADO PELA CGVB		
INVESTIMENTO				90.000,00		

DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho institucional da ação adota como parâmetros os indicadores de EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE, que são calculados a partir dos elementos e formas seguir descritos:

INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO (EM FÁBRICAS DE BEBIDAS)	FORMULA	RESULTADO
EFICÁCIA	Nº de Estabelecimentos inspecionados/fiscalizados em relação à meta física Programada em termos relativos	$\frac{\text{Nº inspeções realizadas}}{\text{Nº de inspeções Programadas}}$	$64/65 = 98,46 \%$
EFICIÊNCIA	Custo unitário da fiscalização em relação ao programa	$\frac{\text{Total de recursos utilizados}}{\text{Total de fiscalizações realizadas}}$	$7033,36/ 64 = 109,89$ VR em 2008 = 97,68
EFETIVIDADE	% de inspeções/fiscalizações realizadas em relação ao total de Estabelecimentos registrados	$\frac{\text{Nº de inspeções realizadas}}{\text{Nº total de Estabelecimentos}}$	$64/31 = 2,06$

OBSERVAÇÕES SOBRE OS INDICES:

Observamos significativa melhoria dos estabelecimentos produtores de bebidas em geral e de seus respectivos produtos, o que demonstra haverem sido efetivas e profícuas as ações de inspeções no segmento de bebidas, apresentando o Índice de **EFETIVIDADE** de 2,06, ou seja, que em média, cada empresa foi visitada pelo menos duas vezes no exercício de 2009, provocando o aumento de consultas ao setor de bebidas devido o interesse das empresas em regularizar a situação.

Ante as constatações acima entendemos que, com relação à **EFICÁCIA**, atingiu-se 98,46% das inspeções/metad programadas, calcada num valor que extrapolou em 12,5% o valor de 2008 que foi de R\$ 97,68. Justifica-se essa extrapolação, partindo-se da premissa de que o valor das diárias aumentou 71,70% a partir do mês de julho de 2009. Para 2009, foi estabelecida a meta de 52 inspeções nas fábricas de bebidas do Estado do Tocantins, onde fica evidenciado que cada fábrica seria inspecionada no mínimo uma vez nesse exercício. Sem dúvidas, os dados apresentados anteriormente permitem assegurar que houve uma acentuada melhoria na estruturação dessas fábricas e, conseqüentemente, na qualidade dos produtos ofertados aos consumidores.

VIGIAGRO

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

As atividades de vigilância sanitária agropecuária de animais, vegetais, insumos, inclusive alimentos para animais, produtos de origem animal e vegetal, e embalagens e suportes de madeira importados, em trânsito aduaneiro e exportados pelo Brasil, são de responsabilidade privativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, que atua em conformidade com o previsto no Decreto nº 5.741/06 e nas legislações específicas são aplicáveis aos controles oficiais de animais, vegetais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal e vegetal importados e exportados, sendo os Fiscais Federais Agropecuários autoridades competentes para aplicação das Normas pertinentes à área da fiscalização da sanidade agropecuária das importações, exportações e trânsito aduaneiro de animais, vegetais, insumos destinados a quaisquer finalidades, inclusive para consumo humano e animal.

Referidas ações são executadas nas áreas primárias, constituídas por pontos de ingresso e saída das mercadorias em território nacional, entrepostos, instalações de produção, em regimes aduaneiros ou destinadas à zonas francas, em entrepostos especiais, unidades especiais de reexportação ou outros pontos da cadeia de produção e distribuição, incluindo reembargues.

As competências legais do VIGIAGRO estão estabelecidas no Regimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.3. PROGRAMAS

O VIGIAGRO/TO tem por objetivo atender ao Programa de Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários do PPA 2004-2007, através dos PI's FISCPLANTA E FISCANIMAL.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo principal do VIGIAGRO é evitar o ingresso de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos. Para tal, torna-se necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor, medidas sob responsabilidade do VIGIAGRO.

2.3.1. PROGRAMA 0357 - SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

TABELA 1 – DADOS GERAIS DO PROGRAMA

TIPO	PROGRAMA FINALÍSTICO
Objetivo geral	Impedir a introdução e disseminação de pragas na agropecuária.
Objetivos Específicos	Identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar entradas
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Eduardo da Silva Barreto

Indicadores e parâmetros utilizados	Taxa de conformidade no controle de fronteiras
Público-alvo	Produtores e comerciantes de produtos agropecuários

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação **2180** – FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

TABELA 2 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos.
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	VIGIAGRO-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As normas gerais de vigilância agropecuária internacional previstas no Decreto nº 5.741/06 e nas legislações específicas são aplicáveis aos controles oficiais de animais, vegetais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal e vegetal importados e exportados.

RESULTADOS:

Tendo em vista que o Estado do Tocantins não dispõe de aeroportos internacionais, portos organizados, postos de fronteira e aduanas especiais, as ações concentraram em reuniões com a Secretaria da Indústria Comércio e Turismo do Tocantins – SICTUR/TO e INFRAERO/Aeroporto, cuja pauta tem sido o estabelecimento e internacionalização do Aeroporto Industrial de Palmas/TO, já tendo ocorrido avanços nesse sentido. Foi feita também a distribuição de folder's e filipetas durante a feira agropecuária (AGROTINS) e no Aeroporto de Palmas/TO.

A Superintendência participou da V Reunião dos Chefes de Gestão do VIGIAGRO, conforme resultados demonstrados na Tabela a seguir:

TABELA 3 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

METAS	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREVISÃO %	
	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
Partidas Inspeccionadas	-	-	-	-		
Participação em Eventos	1	6.000,00	1	1.919,46		
Treinamento	1		0			

TABELA 4 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos.
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	As normas gerais de vigilância agropecuária internacional previstas no Decreto nº 5.741/06 e nas legislações específicas são aplicáveis aos controles oficiais de animais, vegetais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal e vegetal importados e exportados.

RESULTADOS:

As ações desse Programa Interno são tomadas em conjunto com as do PI FISCPLANTA. No exercício 2009, foi liberado recurso de investimento no PI FISCANIMAL, conforme programado, na ordem de R\$ 6.000,00, utilizado na aquisição de equipamentos de informática pela SFA/TO.

5 - Desempenho Operacional

Tendo em vista as peculiaridades do Estado do Tocantins no que se refere ao trânsito internacional, pois ainda não dispõe de pontos de ingresso ou saída de mercadorias, como aeroporto internacional ou porto organizado, nenhuma programação (partidas inspecionadas) foi realizada e os esforços concentraram em reuniões em Palmas visando o estabelecimento e internacionalização do Aeroporto Industrial de Palmas/TO. Fazendo com que as participações eventuais ocorressem conforme demanda, prejudicando a avaliação de desempenho dessas ações.

Considerações do Gestor:

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Tocantins é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dos Planos, Programas e Ações do MAPA no Estado. Nesse sentido assume um papel de fundamental importância no agronegócio local. Tendo em vista que o Estado possui apenas 20 anos de existência e o seu setor agropecuário se encontra em franca expansão, as ações de fiscalização de sementes, fertilizantes, inoculantes, agrotóxicos, sal mineral, medicamentos veterinários, bebidas, inspeção de produtos de origem animal e vegetal, bem assim, a supervisão das políticas estaduais de defesa e também as políticas de fomento, impactam diretamente a qualidade dos insumos e em consequência disso os níveis de produtividade e de custos do setor como um todo.

Podemos afirmar pelas tabelas e índices de eficiência e efetividade de cada ação (PI) que as metas físicas em 2009 foram favoravelmente cumpridas com uma média no âmbito dessa Superintendência maior que 90%. Em relação ao cumprimento das metas financeiras cumpre-me esclarecer que em alguns casos houve economia de recursos para o cumprimento das metas físicas. Em outros casos como por exemplo o PI Febre Aftosa, há a necessidade de um maior aporte de recursos em caixa tendo em vista a possibilidade de ocorrência de algum evento que demande uma rápida ação por parte da Superintendência.

Houve um esforço extraordinário da área administrativa para disponibilizar os recursos materiais, financeiros e logísticos para viabilizar o trabalho da área técnica em que pese a grande deficiência de pessoal administrativo. Seis

servidores do Ex-BNCC foram reintegrados no início de 2009, mas três foram cedidos para a Defensoria Pública da União por força de lei e um para o INCRA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado do Tocantins
Gabinete da Superintendência

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 11º da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Palmas, 30 de Março de 2010.


JALBAS AIRES MANDUCA
Superintendente Federal da Agricultura no Estado do Tocantins



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade


DECLARAÇÃO PLENA

Código da Unidade Gestora:	130018
Nome da Unidade Gestora:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS – SFA/TO
CNPJ:	00.396.895/0074-80

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2009.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Esplanada dos Ministérios, Bloco D – 9º Andar – 70.043-900 – Brasília / DF – Tel: (61) 3218-2183 – Fax: (61) 3225-3538



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.



NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CONT/SPON/SE/MAF